

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2024



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2024



Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.

Travessa da Fundoa de Baixo 5 | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 556

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Internet: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: EUR 17.852.360,00 Euros

NIPC e Matrícula: 511 026 340

Conservatória do Registo Comercial do Funchal

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
AGRADECIMENTOS.....	11
NOTA DE ABERTURA.....	12
APRESENTAÇÃO.....	13
COMPOSIÇÃO ÓRGÃOS SOCIAIS, ÓRGÃOS DE ASSESSORIA E ÓRGÃOS DE DIREÇÃO	14
RELATÓRIO DE GESTÃO	18
Apresentação.....	19
Enquadramento	20
Evolução dos negócios e situações do conjunto das empresas	20
Principais pressupostos relativos ao futuro	21
1.TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.....	22
1.1. Oferta.....	23
1.1.1. Serviços Regulares	23
1.1.2. Serviço de Alugueres	24
1.2. Procura.....	25
1.2.1. Serviços Regulares	25
1.2.2. Serviço de Alugueres	26
1.3. Fiscalização	26
2. IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA NOVA BILHÉTICA.....	28
2.1. Operadores e Carreiras.....	29
2.2. Recolha de Formulários e emissão de novos passes	30
2.3. Validações.....	31
2.4. Apoio ao Passageiro.....	33
3. RECURSOS HUMANOS	35
3.1. Efetivo	36
3.2. Gastos com o Pessoal	37
3.3. Trabalho Suplementar	37
3.4. Absentismo	38

4. RESPONSABILIDADE E SEGURANÇA	39
4.1. Acidentes de Trabalho	40
4.2. Sinistralidade	41
5. MANUTENÇÃO	42
5.1. Frota	43
5.2. Custos de Manutenção	44
6. ENGENHARIA E PRODUÇÃO	45
6.1. Lavagem de Viaturas	46
6.2. Consumo de Água e Eletricidade	47
6.3. Gestão de Resíduos	47
6.4. Emissões de CO ₂	48
7. COMERCIAL	49
7.1. Receita e quantidades vendidas	50
7.1.1. Serviços Regulares	50
7.1.2. Novo Sistema de Bilhética	51
8. TECNOLOGIA	53
8.1. Suporte Técnico	54
8.2. Assistência SAEIP e Bilhética	55
9. ESTUDOS E PROJETOS	56
9.1 Civitas Destinations	57
9.2. MUSA e MUSA-RL	58
9.3. Estudo de Mobilidade na RAM	59
9.4. Inquérito bienal de Satisfação e Caracterização do cliente	59
9.5. Preparação de novas candidaturas	59
10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	60
10.1. Resultados	61
10.2. Rendimentos e Ganhos	62
10.3. Gastos e Perdas	63
10.4. Dívida Financeira e Comercial	63
10.5. Estrutura Patrimonial	64
ANEXO I - CONTAS DO EXERCÍCIO	69

ANEXO II - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	75
ANEXO III – Fiscal Único.....	124
Certificação Legal de Contas.....	124
Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares	124
Relatório e Parecer do Fiscal Único	124

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Operacionais	16
Quadro 2 - Indicadores de Recursos Humanos	16
Quadro 3 - Indicadores Financeiros.....	16
Quadro 4 - Estrutura do Balanço e Indicadores Financeiros	17
Quadro 5 – Oferta Serviços Regulares.....	24
Quadro 6 – Oferta Serviços de Alugueres	24
Quadro 7 - Procura Serviços Regulares	25
Quadro 8 - Serviço de Aluguer.....	26
Quadro 9 - Fiscalizações	27
Quadro 10 – Colaboradores efetivos.....	36
Quadro 11 – Gastos com o pessoal	37
Quadro 12 – Trabalho suplementar (horas).....	38
Quadro 13 – Absentismo	38
Quadro 14 – Acidentes de Trabalho	40
Quadro 15 – Sinistros	41
Quadro 16 – Quedas.....	41
Quadro 17 – Frota	43
Quadro 18 – Custo de Manutenção	44
Quadro 19 – Lavagens	46
Quadro 20 – Consumo de água e eletricidade	47
Quadro 21 – Gestão de resíduos	47
Quadro 22 – Emissões de CO ₂	48
Quadro 23 – Stock médio	Erro! Marcador não definido.
Quadro 24 – Compras.....	Erro! Marcador não definido.
Quadro 25 – Quantidades de títulos vendidos.....	51
Quadro 26 – Receita dos Serviços Regulares	51
Quadro 27 – Assistência SAEIP e Bilhética	55

Quadro 28 – Resultados	61
Quadro 29 – Rendimentos e Ganhos	62
Quadro 30 – Gastos e Perdas	63
Quadro 31 – Dívida Financeira e Comercial	63
Quadro 32 – Juros.....	64
Quadro 33 – Estrutura Patrimonial	64

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de Passageiros Transportados.....	25
Gráfico 2 – Colaboradores por categoria	37
Gráfico 3 – Peso das rubricas de custo.....	44
Gráfico 4 – Resíduos sólidos urbanos.....	47
Gráfico 5 – Resíduos especiais/específicos/perigosos	47
Gráfico 6 – Títulos de transporte vendidos	50
Gráfico 7 – Suporte técnico	54
Gráfico 8 – Ráctios	62
Gráfico 9 – Distribuição dos Rendimentos e Ganhos (%)	62
Gráfico 10 – Distribuição dos Gastos e Perdas (%).....	63
Gráfico 11 – Estrutura Patrimonial	65

GLOSSÁRIO

ATP: Amigo do Transporte Público

CA: Conselho de Administração

CAM: Certificado de Aptidão de Motorista

CCP: Código dos Contratos Públicos

CCSG: Companhia dos Carros de São Gonçalo

DRTMT: Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre

EEM: Empresa de Eletricidade da Madeira

EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

HF: Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

L.K.O.: Lugares/quilómetro, oferecidos

p.p.: Pontos Percentuais

PMR: Pessoas Mobilidade Reduzida

PT: Passageiros transportados

PIB: Produto Interno Bruto

P.K.T.: Passageiro/quilómetro transportado

T.O.: Taxa de ocupação

PM: Percurso médio (km)

RARE: Regulamento de Aquisições de bens e serviços e de realização de empreitadas

SAEIP: Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Públíco

STRAMM: Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira

SNMOT: Sindicato Nacional dos Motoristas e Outros Trabalhadores

VAB: Valor Acrescentado bruto

SVAC: Serviço de vendas e atendimento ao cliente

Veículo km: Total de quilómetros percorridos

Busdoor: Publicidade em autocarros

Passivo Remunerado: Financiamentos Obtidos Correntes + Financiamentos obtidos não correntes

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo Total

Solvabilidade: Capital Próprio / Passivo Total

Liquidez Geral: Ativo Corrente / Passivo Corrente

Capacidade de Endividamento: Capital Próprio / Capital Permanente

Volume de Negócios: Vendas + Serviços Prestados

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais: Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais

TIIM: Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A.

Gastos Operacionais por Passageiro Transportado: Gastos Operacionais/PT

Rendimentos Operacionais por Passageiro Transportado: Rendimentos Operacionais/PT

Gastos Operacionais por km percorrido: Gastos Operacionais/Km percorrido

Rendimentos Operacionais por km percorrido: Rendimentos Operacionais/Km percorrido

Resultado líquido por Passageiro Transportado: Resultado líquido/PT

Resultado líquido por Km Percorrido: Resultado líquido/Km percorridos

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O contexto macroeconómico e geopolítico, no ano de 2024 estabilizou, em certa medida, fazendo com que a inflação descesse relativamente ao período homólogo de 2023, derivado também das políticas que têm sido implementadas pelo BCE.

A inflação deverá continuar a sua tendência de descida e fixar-se em valores próximos de 2% em 2025–27. No entanto, este cenário pode alterar-se com a tomada de posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, no mês de janeiro de 2025, onde foram anunciadas medidas que afetarão o mercado mundial, caso se materializem, agravarão os cenários de conflitos, tendo impacto nos preços das matérias-primas, dos transportes marítimos e, como é natural, na tesouraria da Horários do Funchal, S.A..

No que diz respeito à nossa atividade, o volume de negócios consolidado ascendeu a 27,6 milhões de euros, um aumento de 35,3% relativamente ao período homólogo de 2023, e o EBITDA decresceu 2,1% face a 2023, atingindo os 7,6 milhões de euros.

Em termos de indicadores de procura, o número de passageiros transportados em serviço regular foi de 22 221 682 milhões de passageiros, ultrapassando pela primeira vez os valores registados na pré pandemia.

Para estes resultados financeiros, muito contribuiu a assinatura da 7ª Adenda ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal”, em 27 de maio de 2024, referente ao apuramento da reconciliação da compensação financeira do exercício económico de 2021, da 8ª Adenda ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal”, em 11 de dezembro de 2024, referente ao apuramento da reconciliação da compensação financeira de 2022 e compensação financeira com a gratuitidade dos passes para estudantes até 23 anos, bem como aos residentes com mais de 65 anos. Foi ainda assinada a 9ª Adenda ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal”, em 16 de dezembro de 2024, referente a nova contabilização das compensações financeiras, nomeadamente à compensação das receitas diretas do tarifário como vendas reais da empresa e as compensações referentes à exploração por obrigação de Serviço Público.

Em termos de investimento, continuámos a cumprir com o Plano de Atividades, Investimento e Orçamento (PAIO) apresentado ao acionista, tendo prorrogado o período de investimento vertido no Aval para agosto de 2025.

Para o de 2025, com o profissionalismo e resiliência dos nossos quadros devidamente alinhados com a nossa tutela e o nosso acionista, iremos continuar a vencer os desafios do futuro, nomeadamente uma mobilidade mais sustentável para todos nós.

Um Bem-haja a todos!

AGRADECIMENTOS

O decorrer da atividade do Grupo Horários do Funchal no exercício de 2024 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os colaboradores do Grupo HF, pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;
- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhámos, pela confiança e apoio demonstrados;
- Aos nossos acionistas, à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas da Madeira, à Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade, à Secretaria Regional das Finanças e à Presidência do Governo Regional da Madeira, que nos ajudou no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspectos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado!**



NOTA DE ABERTURA

O ano de 2024, foi marcado por desafios e mudanças significativas no transporte coletivo rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira.

No primeiro semestre, enfrentamos o primeiro desafio com a Região Autónoma da Madeira, nomeadamente o seu Executivo Regional em gestão, o que causou impactos significativos no normal funcionamento e na prestação de serviços públicos, devido à falta de aprovação do orçamento para o ano corrente.

Posteriormente, observamos uma alteração significativa da atividade desenvolvida por uma das empresas que compõe o Grupo Horários do Funchal. A 30 de junho de 2024, a TIIM, S.A. finalizou, após 85 anos de serviço, o seu papel como operador de transporte público coletivo de passageiros, dando início à implementação e gestão do Sistema de Bilhética Integrada na Região Autónoma da Madeira, com a cooperação da Horários do Funchal, S.A., ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo n.º 402/2024, de 23 de maio de 2024.

Assim, a 1 de julho de 2024, iniciou-se a migração progressiva de toda a informação dos utilizadores de transporte público com vista à emissão dos novos cartões Giro, processo concluído em dezembro de 2024. Durante este período de transição, e devido ao elevado número de utilizadores de transporte público, registaram-se constrangimentos a nível da entrega de formulários, da utilização dos novos cartões e, até mesmo, a nível do carregamento destes. Constrangimentos estes que já estão quase todos superados, devido o elevado empenho e dedicação do Grupo Horários do Funchal.

No final do ano, a instabilidade política continuou, em dezembro, pela primeira vez desde a conquista da autonomia regional, o parlamento da Madeira rejeitou o Orçamento Regional (ORAM) e o Plano de Investimentos (PIDDAR) para 2025, apresentados pelo Governo Regional, tendo dias depois sido apresentado uma moção de censura, que veio a ser aprovada. Esta instabilidade deixará a Região num estado de incerteza profundo, podendo afetar as empresas da Região nos primeiros meses de 2025.

APRESENTAÇÃO

A 31 de dezembro de 2024, a Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A. detinha as seguintes participações no capital social das empresas:

- 100% na Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A.;
- 5% na Optimização e Planeamento de Transporte, S.A..



A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., detém a totalidade do capital da empresa TIIM, S.A., outrora denominada como Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., que através da Resolução do Conselho do Governo n.º 113/2023, de 24 de fevereiro, entretanto substituída pela Resolução do Conselho do Governo n.º 402/2024, de 23 de maio, foi mandatada para, em estreita articulação com a empresa-mãe (HF) e com a tutela setorial e financeira de ambas estas empresas públicas regionais, desenvolver as medidas necessárias à implementação e futura gestão de um sistema de bilhética integrado na Região Autónoma da Madeira, assegurando a interoperabilidade entre os sistemas de bilhética dos vários operadores da Região.

Detém, ainda, a participação na empresa Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. (OPT), empresa que tem como área nuclear de atividade a gestão operacional do transporte coletivo urbano. Realiza também trabalhos de consultoria na área do planeamento operacional de transportes, tais como reengenharia de processos de planeamento operacional, estudos de alteração de políticas de pessoal, entre outros.

COMPOSIÇÃO ÓRGÃOS SOCIAIS, ÓRGÃOS DE ASSESSORIA E ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Grupo Horários do Funchal, por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, por determinar a orientação estratégica às empresas e por proceder à supervisão da atuação dos órgãos de staff e de direção.

É importante destacar que, durante o ano de 2024, a composição do Conselho de Administração do Grupo Horários do Funchal sofreu alterações. O Dr. Donato Gouveia renunciou ao cargo de vogal não executivo, com efeitos a partir de 21 de julho. Em seguida, o Dr. João Ribeiro e a Dra. Ana Aguiar foram nomeados para os cargos de vogais não executivos, com efeito a partir de 16 de setembro de 2024.

A 31 de dezembro de 2024, a composição dos Órgãos Sociais, Órgãos de Assessoria e de Direção era a seguinte:



INDICADORES RELEVANTES

INDICADORES RELEVANTES

Os quadros seguintes apresentam os principais indicadores de desempenho, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2024 nas dimensões Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos e Resultados, procedendo à sua análise e comparação com o período homólogo de 2023 e 2019.

Quadro 1 - Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
INDICADORES DE PROCURA (SERV. REGULARES)					
Passageiros Transportados (PT)	22 221 682	18 163 405	18 897 302	+ 4 058 277	+ 22,3%
Taxa de Ocupação (%)	22,71	16,07	17,24	+ 6,64 p.p.	+ 41,3%
INDICADORES DE OFERTA (SERV. REGULARES)					
Viagens realizadas	772 392	792 189	826 611	- 19 797	- 2,5%
Total de Km	6 552 437	7 100 454	7 209 400	- 548 017	- 7,7%

Quadro 2 - Indicadores de Recursos Humanos

DESCRIÇÃO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
INDICADORES DE RH					
N.º de Efetivos	573	589	547	- 16	- 2,7%
Total Efetivos/Viatura	2,03	2,09	2,24	- 0,06	- 2,7%

Quadro 3 - Indicadores Financeiros

DESCRIÇÃO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de negócios	27 658 174	20 437 447	14 858 585	+ 7 220 728	+ 35,3%
Rendimentos operacionais	34 463 222	31 363 215	23 662 649	+ 3 100 007	+ 9,9%
Gastos Operacionais	31 299 114	29 133 496	22 830 331	+ 2 165 618	+ 7,4%
Taxa Cobertura (%)	110,1	107,7	103,6	+ 2,5 p.p.	+ 2,3%
EBITDA	7 693 774	7 857 022	2 778 300	- 163 248	- 2,1%
Resultado Líquido do Período	562 345	986 162	595 396	- 423 817	- 43,0%

Valores em euros.

Quadro 4 - Estrutura do Balanço e Indicadores Financeiros

DESCRÍÇÃO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
ESTRUTURA PATRIMONIAL					
Ativo não Corrente	50 558 687	50 574 159	28 519 682	- 15 472	- 0,0%
Ativo Corrente	24 659 518	14 930 978	7 522 008	+ 9 728 540	+ 65,2%
Total do Ativo	75 218 205	65 505 137	36 041 690	+ 9 713 069	+ 14,8%
Capital Próprio	22 292 011	18 890 246	23 976 374	+ 3 401 765	+ 18,0%
Passivo não Corrente	36 239 661	37 268 221	4 429 807	- 1 028 560	- 2,8%
Passivo Corrente	16 686 533	9 346 670	7 635 509	+ 7 339 863	+ 78,5%
Total do Passivo	52 926 194	46 614 891	12 065 316	+ 6 311 303	+ 13,5%
RÁCIOS					
Autonomia Financeira (%)	29,6	28,8	66,5	+ 0,8 p.p.	+ 2,8%
Solvabilidade (%)	42,1	40,5	198,7	+ 1,6 p.p.	+ 3,9%
Capacidade de Endividamento (%)	38,1	33,6	84,4	+ 4,4 p.p.	+ 13,2%
Liquidez Geral (%)	147,8	159,7	98,5	- 12,0 p.p.	- 7,5%
Rentabilidade Capital Próprio (ROE)	0,03	0,05	0,04	-0,03	- 51,7%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,03	0,04	0,02	0,00	- 12,1%

Valores em euros.



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO

Apresentação

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO:

- Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. (empresa-mãe ou HF)
Travessa da Fundoa de Baixa, n.º 5
9020-242 Funchal (São Roque)

- Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A. (TIIM)
Fundoa de Baixo
9020-242 Funchal (São Roque)

Enquadramento

A generalidade dos indicadores estatísticos, relativos ao ano de 2024, mostram uma evolução positiva quando comparados em termos homólogos com o ano anterior.

O crescimento da atividade económica na Região, é evidenciada pelos aumentos verificados em grande parte dos indicadores económicos e traduzida igualmente pelo desempenho do Indicador Regional de Atividade Económica, que apresenta uma tendência de crescimento, derivado dos resultados positivos no turismo, do consumo privado e do investimento.

A publicação da Portaria n.º 1110/2023, de 20 de dezembro, entretanto revogada pela Portaria n.º 237/2024, de 28 de junho, estendeu não só a gratuitidade dos passes aos jovens estudantes entre os 12 e os 23 anos, através do Passe Social 4_23, desde que se encontrem matriculados num estabelecimento de ensino ou instituição de educação especial da RAM no ano letivo a decorrer, bem como para os jovens estudantes deslocados em Portugal Continental por motivos de ensino, e aos cidadãos residentes na RAM com 65 anos ou mais, teve uma forte adesão da população madeirense, resultando, no presente ano, num aumento de 4 058 277 passageiros transportados (+22,3%) quando comparado ao período homólogo.

Em termos de média anual, em 2024, a taxa de desemprego na Região Autónoma da Madeira foi estimada em 5,6%, valor inferior em 0,4 p.p. face ao ano anterior. Trata-se do valor mais baixo da série iniciada em 2011. Isto só foi possível devido ao crescimento que se tem vindo a registar na atividade económica da Região e às grandes medidas de combate ao desemprego criadas e implementadas pelo Governo Regional da Madeira.

Em 2024, a taxa de inflação registada na Região foi de 3,3%, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística. Um valor inferior em 1,7 pontos percentuais (p.p) ao registado no ano precedente (5,0%).

No que diz respeito ao Turismo, sector core da RAM, em termos acumulados, no ano de 2024, o número de dormidas aumentou 7,1% face a 2023. Portanto, foi um ano com máximos históricos.

Evolução dos negócios e situações do conjunto das empresas

O ano de 2024, no que diz respeito à operação urbana foi um ano de reconquista, pois pela primeira vez conseguimos ultrapassar os indicadores de procura e de receita do ano de 2019. Em termos da operação interurbana, a mesma encerrou a sua atividade em junho de 2024 e no dia 1 de julho de 2024, foi iniciado a implementação do novo sistema de bilhética integrada, através da Portaria nº 237/2024, de 28 de junho de 2024, que veio uniformizar o sistema tarifário de títulos municipais, intermunicipais, regionais e aerobus, na Região Autónoma da Madeira.

No que diz respeito a investimentos, a Horários do Funchal, S.A. tem dado continuidade à execução do seu Plano de Investimentos (PAIO), tendo atingido em 2024, os 87,8% de execução de investimentos previstos no contrato de concessão e 80,3% nos investimentos não previstos no contrato de concessão.

Durante o ano, tivemos a assinatura da 7^a Adenda ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal”, em 27 de maio de 2024, referente ao apuramento da reconciliação da compensação financeira do exercício económico de 2021, da 8^a Adenda ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal”, em 11 de dezembro de 2024, referente ao apuramento da reconciliação da compensação financeira de 2022 e compensação financeira com a gratuitidade dos passes para estudantes até 23 anos, bem como aos residentes com mais de 65 anos. Foi ainda assinada a 9^a Adenda ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município do Funchal”, em 16 de dezembro de 2024, referente a nova contabilização das compensações financeiras, nomeadamente à compensação das receitas diretas do tarifário como vendas reais da empresa e as compensações referentes à exploração por Obrigação de Serviço Público.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Em termos macroeconómicos as previsões são de maior estabilidade dos mercados, apesar da tomada de posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, no mês de janeiro de 2025, que poderá trazer muita incerteza aos mesmos, derivado das suas políticas inflacionistas e até de agravamento dos conflitos que estão em curso, provocando mais impactos na tesouraria da empresa.

Em termos da nossa operação urbana, estamos convictos que iremos consolidar, quer as nossas receitas quer os indicadores de procura, que se verificaram este ano.

No que diz respeito à atividade da TIIM, S.A., em finais de dezembro, foi criado o Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM (IMT, IP-RAM), através do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro, com jurisdição sobre todo o território da Região Autónoma da Madeira (RAM), que será a entidade que vai gerir a nova bilhética da Madeira a partir de 1 de julho de 2025. Assim sendo, toda a atividade da empresa ficará esgotada nessa data e, depois, será avaliado junto do acionista qual o futuro da empresa.



01 TRANSPORTE DE PASSAGEIROS



1. TRANSPORTE DE PASSEIROS

1.1. Oferta

1.1.1. Serviços Regulares

O serviço regular realizado pela Horários do Funchal, decorreu dentro dos parâmetros de normalidade ao longo do ano. Realizou-se ajustamentos sempre que necessário, em resposta a reclamações, solicitações dos clientes ou sugestões dos motoristas, visando a melhoria contínua da rede urbana. Todas as alterações foram implementadas após a devida autorização das autoridades competentes.

Foram realizadas na HF 749,2 mil viagens que se traduzem em 5,9 milhões de quilómetros percorridos, mais 13,8 mil viagens (+1,9%) e 379,8 mil quilómetros (+6,8%) comparativamente a 2023, resultado de desdobramentos e da realização da carreira 81 – Curral das Freiras, que transitou da TIIM, S.A. para a empresa-mãe.

Relativamente ao serviço realizado pela TIIM, S.A., é importante salientar que a partir de 1 de julho de 2024, as restantes carreiras interurbanas que permaneciam sob responsabilidade da empresa, foram transferidas para o operador Companhia de Autocarros da Madeira, S.A. (CAM). Devido à diminuição da oferta, todos os indicadores apresentaram variações semelhantes. Realizou-se 23,1 mil viagens, totalizando 619,2 mil quilómetros, o que representa uma redução de 33,6 mil viagens (-59,2%) e 927,8 mil quilómetros (-60,0%) em comparação com o ano anterior.

No computo geral, o Grupo Horários do Funchal realizou 772,4 mil viagens, totalizando 6,5 milhões de quilómetros, menos 19,8 mil viagens (-2,5%) e 548,0 mil quilómetros (-7,7%), face a 2023.

Quadro 5 – Oferta Serviços Regulares

OFERTA SERVIÇOS REGULARES	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
HORÁRIOS DO FUNCHAL					
Viagens Realizadas	749 234	735 428	770 303	+ 13 806	+ 1,9%
Quilómetros úteis (km)	5 410 406	5 075 446	5 295 646	+ 334 960	+ 6,6%
Quilómetros em vazio (km)	522 746	477 886	410 437	+ 44 860	+ 9,4%
Total de quilómetros (km)	5 933 152	5 553 332	5 706 083	+ 379 820	+ 6,8%
TIIM					
Viagens Realizadas	23 158	56 761	56 308	- 33 603	- 59,2%
Quilómetros úteis (km)	555 758	1 384 706	1 374 152	- 828 948	- 59,9%
Quilómetros em vazio (km)	63 527	162 416	129 165	- 98 889	- 60,9%
Total de quilómetros (km)	619 285	1 547 122	1 503 317	- 927 837	- 60,0%
TOTAL					
Viagens Realizadas	772 392	792 189	826 611	- 19 797	- 2,5%
Quilómetros úteis (km)	5 966 164	6 460 152	6 669 798	- 493 988	- 7,6%
Quilómetros em vazio (km)	586 273	640 302	539 602	- 54 029	- 8,4%
Total de quilómetros (km)	6 552 437	7 100 454	7 209 400	- 548 017	- 7,7%

1.1.2. Serviço de Alugueres

O serviço de alugueres, registou no final do ano 5,2 mil serviços realizados e um total de 362,0 mil quilómetros. Estes valores representam uma redução de 661 serviços efetuados (-11,2%) e 44,5 mil quilómetros percorridos (-11,0%) face a 2023, devido ao crescimento exponencial do setor de rent-a-car, que no início de 2024 já contava com o triplo de empresas na RAM.

Salienta-se que a partir do último trimestre de 2022, o serviço de turismo passou a ser efetuado, na sua totalidade, pela empresa-mãe.

Quadro 6 – Oferta Serviços de Alugueres

OFERTA ALUGUERES	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Serviço Urbano					
Serviços Realizados	5 222	5 883	0	- 661	- 11,2%
Total de quilómetros (km)	362 059	406 611	0	- 44 552	- 11,0%
Serviço Interurbano					
Serviços Realizados	0	0	3 272	0	n.a.
Total de quilómetros (km)	0	0	216 792	0	n.a.
TOTAL					

Serviços Realizados	5 222	5 883	3 272	- 661	- 11,2%
Total de quilómetros (km)	362 061	406 611	216 792	- 44 550	- 11,0%

1.2. Procura

1.2.1. Serviços Regulares

O período em análise caracterizou-se como um ano de recuperação para o Grupo HF, superando os valores alcançados no ano de 2019, período pré-pandémico. No total, foram transportados 22,2 milhões de passageiros, mais 4,0 milhões (+22,3%) face a 2023.

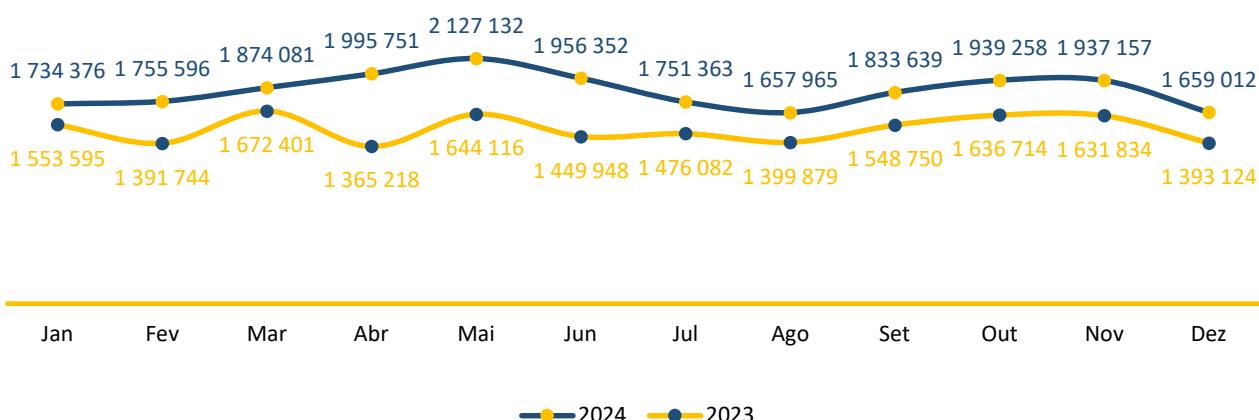
Quadro 7 - Procura Serviços Regulares

PROCURA SERVIÇOS REGULARES	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Serviço Urbano					
Passageiros transportados	21 014 314	17 264 808	17 798 682	+ 3 749 506	+ 21,7%
Taxa de ocupação (%)	19,30	16,40	15,64	+ 2,90 p.p.	+ 17,7%
Serviço Interurbano					
Passageiros transportados	1 207 368	898 597	1 098 620	+ 308 771	+ 34,4%
Taxa de ocupação (%)	40,15	20,50	25,26	+ 19,65 p.p.	+ 95,9%
TOTAL					
Passageiros transportados	22 221 682	18 163 405	18 897 302	+ 4 058 277	+ 22,3%
Taxa de ocupação (%)	22,47	16,07	17,24	+ 6,40 p.p.	+ 39,8%

p.p. - pontos percentuais

A publicação da Portaria n.º 1110/2023, de 20 de dezembro, posteriormente revogada pela Portaria n.º 237/2024, de 28 de junho, alargou a gratuitidade dos passes sociais a todos os jovens estudantes até os 23 anos, através do Passe Social 4_23, desde que se encontrem matriculados num estabelecimento de ensino ou instituição de educação especial da Região Autónoma da Madeira no ano letivo a decorrer, bem como para aos jovens estudantes deslocados em Portugal Continental por motivos de ensino, e a todos os cidadãos residentes na RAM com 65 anos ou mais, impactando significativamente os valores apresentados na procura pelo transporte público de passageiros da Região

Gráfico 1 – Evolução de Passageiros Transportados



1.2.2. Serviço de Alugueres

O Serviço de alugueres transportou um total de 464,2 mil passageiros, gerando uma receita de 1,4 milhões de euros. Estes números representam uma redução de 11,9 mil passageiros (-2,5%), mas um aumento de receitas de 16,7 mil euros (+1,2%). Conforme indicado no ponto 1.1.2., o crescimento da procura apresentado pelo setor de rent-a-car impactou negativamente todos os indicadores associados ao turismo do Grupo HF.

Quadro 8 - Serviço de Aluguer

PROCURA ALUGUERES	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Horários do Funchal					
Passageiros transportados	464 239	476 238	0	- 11 999	- 2,5%
Taxa de ocupação (%)	78,77	78,00	0,00	+ 0,77 p.p.	+ 1,0%
Receita	1 454 053	1 437 309	0	+ 16 744	+ 1,2%
TIIM					
Passageiros transportados	0	0	374 101	0	n.a.
Taxa de ocupação (%)	0,00	0,00	82,08	0,00 p.p.	n.a.
Receita	0	0	664 607	0	n.a.
TOTAL					
Passageiros transportados	464 239	476 238	374 101	- 11 999	- 2,5%
Taxa de ocupação (%)	78,77	78,06	82,08	+ 0,71 p.p.	+ 0,9%
Receita	1 454 053	1 437 309	664 607	+ 16 744	+ 1,2%

p.p. - pontos percentuais

1.3. Fiscalização

Durante o ano de 2024, a atividade de fiscalização resultou em 28,1 mil viagens e 323,9 mil passageiros fiscalizados, representando 3,64% e 1,46% do total de viagens efetuadas e passageiros transportados pelo Grupo HF, respetivamente.

De salientar que a equipa de fiscalização viu-se reduzida a partir de 1 de julho de 2024, devido ao destacamento, temporário, de 4 colaboradores para o apoio ao BackOffice da TIIM, na produção dos novos cartões GIROS, necessários para o funcionamento do novo sistema de bilhética integrada, intermodal e sem contato introduzido na Região no presente ano.

A equipa de fiscalização operou também, em outras funções importantes para a operação do Grupo HF, nomeadamente através da contagem de passageiros, realização de inquéritos a bordo, atendimento/informação a clientes e motoristas em geral, bem como em esclarecimentos face à nova bilhética, sendo um meio de comunicação muito importante neste período de transição do sistema de bilhética e que é valorizado pelos nossos passageiros.

A fiscalização ativa das nossas carreiras, têm grande relevância no combate à fraude, originando durante o ano de 2024 a deteção de 62 situações de fraude, menos 36,7% face ao ano de 2023, sendo a causa principal a utilização incorreta do passe, através da transmissão de titulares.

Quadro 9 - Fiscalizações

FISCALIZAÇÃO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Serviço Urbano					
Viagens fiscalizadas	26 974	34 783	40 832	-7 809	- 22,5%
Passageiros fiscalizados	316 613	377 269	479 778	-60 656	- 16,1%
Fraudes	60	84	30	-24	- 28,6%
Serviço Interurbano					
Viagens fiscalizadas	1 153	5 048	7 306	-3 895	- 77,2%
Passageiros fiscalizados	7 317	47 097	64 258	-39 780	- 84,5%
Fraudes	2	14	4	-12	- 85,7%
TOTAL					
Viagens fiscalizadas	28 127	39 831	48 138	-11 704	- 29,4%
% de Viagens Fiscalizadas	3,64	5,03	5,82	- 1,39 p.p.	- 27,6%
Passageiros fiscalizados	323 930	424 366	544 036	-100 436	- 23,7%
% de passageiros fiscalizados	1,46	2,34	2,88	- 0,88 p.p.	- 37,6%
Fraudes	62	98	34	-36	- 36,7%
% de fraudes	0,02	0,02	0,01	0,00 p.p.	0,0%

p.p. - pontos percentuais



02 IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA NOVA BILHÉTICA



2. IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA NOVA BILHÉTICA

2.1. Operadores e Carreiras

A partir de 1 de julho de 2024, iniciou-se a transição gradual para o novo sistema de bilhética integrada GIRO, assumindo a TIIM, S.A., com o auxílio da empresa-mãe (HF), a responsabilidade pela implementação e gestão do mesmo, conforme solicitado pelo nosso acionista, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 402/2024, de 23 de maio.

A SIGA, novo sistema de gestão da rede dos transportes rodoviários de passageiros, implementado na Madeira e no Porto Santo, para utilização do novo sistema de bilhética, é operacionalizada por 3 Operadores responsáveis pela realização de 62 carreiras intermunicipais e 73 municipais, dependendo da sua área de intervenção.

Quadro 10 – Operadores

OPERADORES
Companhia de Autocarros da Madeira (CAM)
Horários do Funchal
SigaRodoeste

Quadro 11 - Carreiras

CARREIRAS	QUANTIDADE
Municipais	73
Funchal	59
Porto Santo	5
Santa Cruz	5
Machico	4
Intermunicipais	62

Ilustração 1- Mapa da Rede SIGA



2.2. Recolha de Formulários e emissão de novos passes

Um dos fatores relevantes para implementação do novo sistema de bilhética é a migração de toda a informação dos utilizadores de transporte público, principalmente, aquela que têm títulos de carregamento mensal, para emissão dos novos cartões GIRO.

Devido ao elevado número de utilizadores de títulos mensais, foi necessário efetuar uma transição progressiva e faseada, com a seguinte calendarização estabelecida pela DRTMT:

- **Junho** – Migração dos passes intermunicipais pagos de todos os Operadores e os passes municipais que pertenciam à TIIM, S.A. até 30/06/2024. Também arrancou em junho o processo de migração do Passe Social 4_23 que ocorreu nos estabelecimentos de ensino;
- **Julho** – Migração dos passes municipais pagos dos Operadores CAM e Siga Rodoeste. A 31 de julho terminou a migração dos passes de estudantes (4_23) nos estabelecimentos de ensino;
- **Agosto** – A 14 de agosto, iniciou-se a migração dos passes municipais pagos do Operador HF. Os formulários para o Passe Social 4_23, passaram a ser entregues nos balcões dos Operadores;
- **Setembro** – A 3 de setembro, iniciou-se a migração do Passe Social +65, com a recolha de formulários nas Casas do Povo. A 9 de setembro estendido ao Instituto de Habitação da Madeira (loja na Nazaré) e desde o dia 13 de setembro, foi estendido à Loja do Cidadão da Madeira no Funchal e Espaço Cidadão - Casa do Povo de Santo António;
- **Outubro** – Disponibilização do formulário online para solicitação do novo cartão GIRO através da plataforma SIGA;
- **Novembro** – Finalização do processo de entrega de formulários nas Casas do Povo e entidades (Loja do Cidadão do Funchal e Santo António, IHM/Nazaré), com início da entrega dos novos cartões GIRO, aos clientes, nesses locais;
- **Dezembro** – Conceder a autonomia necessária aos postos de venda, para que possam emitir cartões GIRO em substituição aos danificados ou extraviados.

Durante a implementação do novo sistema de bilhética foram recebidos/recolhidos 69 531 mil formulários e realizou-se a emissão de 66 906 cartões GIRO, conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 12 – Formulários recebidos e cartões GIRO emitidos

PERÍODO	Formulários Recebidos	Cartões impressos
Junho	6 733	6 670
Julho	14 604	8 980
Agosto	12 221	5 245
Setembro	10 393	12 939
Outubro	14 861	14 986
Novembro	8 144	11 394
Dezembro	2 575	6 692
TOTAL	69 531	66 906

Inclui 151 formulários e os cartões solicitados via online, através da plataforma SIGA.

2.3. Validações

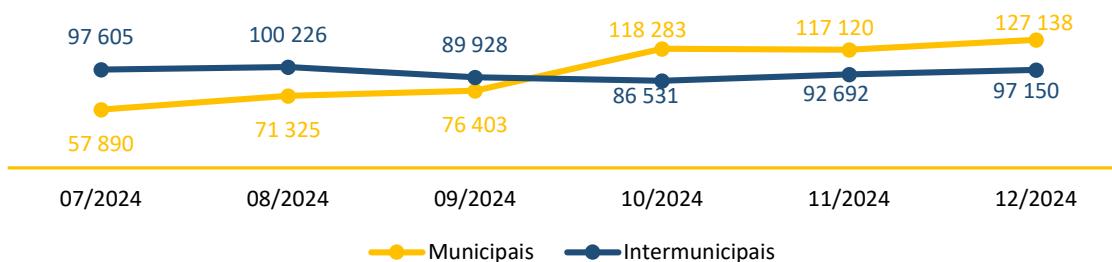
As validações registadas ao longo deste período de implementação demonstram o alcance da migração progressiva para o novo sistema de bilhética integrada e desmaterializada. No total, foram registadas 3 944 974 validações, das quais 1 132 291 estão associadas aos bilhetes e 2 812 683 aos passes.

No caso dos bilhetes, verificamos um número de validações bastante equilibrado, com uma ligeira predominância das validações resultantes da compra de bilhetes municipais, com 50,2%, sendo o remanescente intermunicipais (49,8%).

Quadro 13 – Validações de Bilhetes

BILHETES	JUL-DEZ/2024	PERCENTAGEM (%)
Municipais	568 159	50,2%
Intermunicipais	564 132	49,8%
TOTAL	1 132 291	100,0%

Gráfico 2 – Validação de Bilhetes por mês

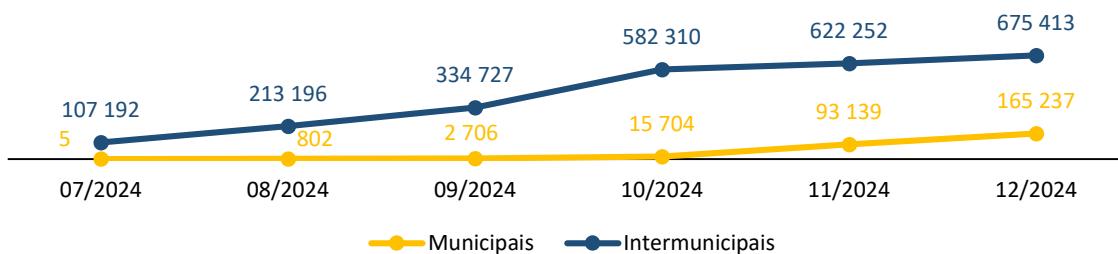


Relativamente aos passes, verificamos um cenário totalmente diferente dos bilhetes, com uma predominância das validações dos passes intermunicipais, que representam 90,1% do total de validações, enquanto os passes municipais correspondem ao remanescente de 9,9%.

Quadro 14 – Validações de Passes

PASSES	TOTAL	PERCENTAGEM (%)
Municipais	277 593	9,9%
Intermunicipais	2 535 090	90,1%
TOTAL	2 812 683	100,0%

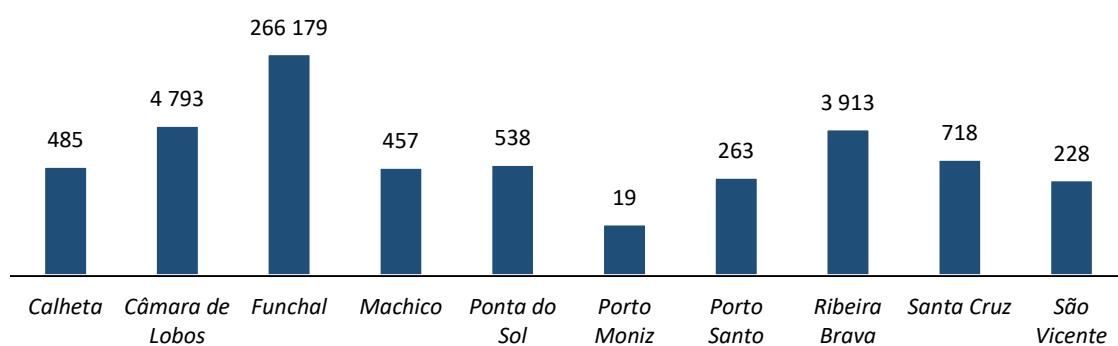
Gráfico 3 – Validação de Passes por mês



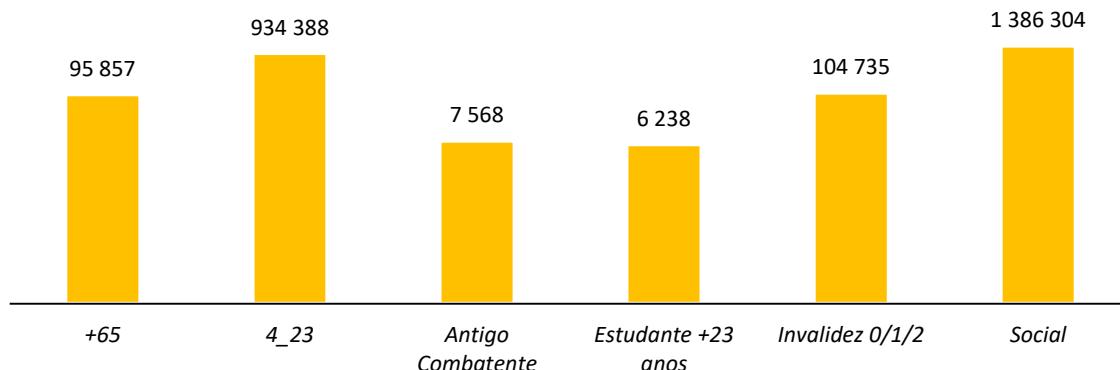
Nos passes municipais, o município que apresenta mais validações é o do Funchal, com 266 179 validações, representando 95,9% do total, sendo o município do Porto Moniz o que apresenta o menor número de validações. Em relação aos passes intermunicipais, o passe com mais validações é o “Social”, com 1 386 304 validações, representando 54,4% do total, enquanto o passe “Estudante +23 anos” regista o menor número de validações.

Gráfico 4 – Validação de Passes

Passes Municipais (por município)



Passes Intermunicipais (por títulos)



2.4. Apoio ao Passageiro

Para uma melhor fluidez da informação entre a TIIM, S.A., os Operadores e os utilizadores de transporte público na Região, foram implementados dois meios de comunicação, correio eletrónico e plataforma SIGA (responsabilidade da DRTMT), para receção de pedidos de informação sobre as carreiras e as suas frequências, receção de reclamações, pedidos de emissão de faturas/recibos com número de contribuinte, entre outros pedidos.

De salientar que, nesta fase de implementação, grande parte dos pedidos e reclamações foram recebidos diretamente pelos Operadores, uma vez que os utilizadores de transporte público da Região ainda estão a habituar-se as novas plataformas de comunicação existentes.

Ilustração 2- Plataforma SIGA



Durante os meses de julho a dezembro, totalizou-se 454 interações com os Operadores e utilizadores do transporte público, conforme o quadro seguinte.

Quadro 15 – Processos e emails recebidos

PERÍODO	PLATAFORMA SIGA	E-MAIL
Julho	2	27
Agosto	21	38
Setembro	32	90
Outubro	23	58
Novembro	20	86
Dezembro	10	47
TOTAL	108	346

As interações de carácter regular são resolvidas rapidamente, com um tempo médio de resposta inferior a 2 dias. No entanto, quando se trata de questões que exigem uma análise interna detalhada ou validação superior, o tempo de resposta pode estender-se um pouco mais, mas ainda assim permanece eficiente, com uma média inferior a 8 dias. Este compromisso com a rapidez e a precisão garante que todas as interações sejam tratadas com a devida atenção e importância.

Está previsto, para breve, o lançamento da aplicação SIGA, com o objetivo de tornar o transporte público mais eficiente e conveniente aos seus utilizadores. Para além das habituais funcionalidades, como a consulta de horários e carreiras existentes, planeamento de uma viagem, alertas com as alterações de percursos, esta aplicação trará funcionalidades inovadoras para a Região, como a possibilidade de comprar viagens.

Ilustração 3- APP SIGA





03 RECURSOS HUMANOS



3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Efetivo

No final de 2024, o Grupo HF empregava um total de 573 colaboradores, registando um decréscimo de 16 postos de trabalho (-2,7%), comparativamente ao ano anterior.

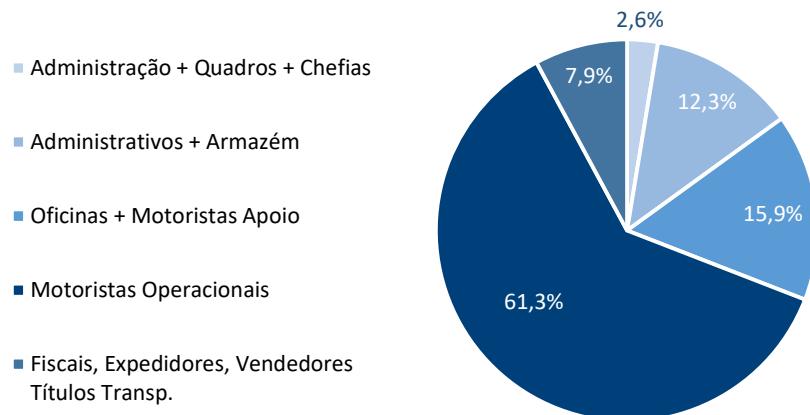
Quadro 16 – Colaboradores efetivos

EFETIVOS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Colaboradores HF*	573	527	478	+ 46	+ 8,7%
Colaboradores cedidos à TIIM	0	62	69	-62	- 100,0%
TOTAL	573	589	547	-16	- 2,7%

*Inclui o trabalhador cedido à Carristur.

No que diz respeito à distribuição do efetivo, a categoria “motoristas operacionais” destaca-se com o maior número de colaboradores do Grupo HF, os 351 motoristas representam 61,3% do efetivo total do grupo, seguindo-se as categorias “oficinas e motoristas de apoio” com 91 colaboradores (15,9%), os “administrativos e armazém” com 70 colaboradores (12,3%) e, por fim, os “fiscais, expedidores e assistentes de vendas”, com 45 colaboradores, representando 7,9%.

Gráfico 5 – Colaboradores por categoria



3.2. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal, apresentam um acréscimo de 3,3 milhões de euros (+23,7%), face ao ano de 2023. A variação assinalada está associada à atualização salarial no vencimento base e demais abonos fruto dos acordos de empresa, e do aumento significativo das horas extraordinárias.

Quadro 17 – Gastos com o pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Colaboradores HF	17 308 993	13 220 745	10 761 539	+ 4 088 248	+ 30,9%
Colaboradores cedidos à TIIM	4 207	779 355	1 726 281	-775 148	- 99,5%
TOTAL	17 313 200	14 000 100	12 487 820	+ 3 313 100	+ 23,7%

Valores em euros.

3.3. Trabalho Suplementar

Devido à escassez de motoristas, causada principalmente pelo elevado índice de absentismo, o trabalho suplementar tornou-se imprescindível para assegurar a regularidade do serviço de transporte de passageiros. Adicionalmente, foi necessário recorrer ao trabalho suplementar para a produção dos novos cartões GIRO, a fim de cumprir a calendarização estabelecida pela DRTMT, atualmente denominada IMT, IP-RAM, para a implementação do novo sistema de bilhética.

Consequentemente, o Grupo HF registou, em 2024, um aumento de 29,5 mil horas de trabalho extraordinário (+37,3%), em comparação com o ano de 2023.

Quadro 18 – Trabalho suplementar (horas)

TRABALHO SUPLEMENTAR	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Colaboradores HF	98 155	54 302	59 705	+ 43 853	+ 80,8%
Colaboradores cedidos à TIIM	10 627	24 953	25 179	- 14 326	- 57,4%
TOTAL	108 782	79 255	84 884	+ 29 527	+ 37,3%

3.4. Absentismo

O absentismo, é um indicador que tem sido alvo de monitorização devido à apresentação de variações significativas de ano para ano. Em 2024, registamos um aumento de 1,70 pontos percentuais na Horários do Funchal, S.A. e 1,25 pontos percentuais na TIIM, S.A., face a 2023, justificados pelo grande número de baixas registadas ao longo do ano.

Quadro 19 – Absentismo

TAXA DE ABSENTISMO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Colaboradores HF	12,85	11,15	4,53	+ 1,70 p.p.	+ 15,2%
Colaboradores cedidos à TIIM	17,46	16,21	10,01	+ 1,25 p.p.	+ 7,7%
TOTAL	30,31	27,36	14,54	+ 2,95 p.p.	+ 10,8%

Valores em percentagem.



04 RESPONSABILIDADE E SEGURANÇA



4. RESPONSABILIDADE E SEGURANÇA

4.1. Acidentes de Trabalho

Durante o ano de 2024, registaram-se 20 ocorrências relacionadas com acidentes de trabalho, uma diminuição de 1 ocorrência (-4,8%) face a 2023, tendo contribuído para a perda de 650 dias de trabalho, um decréscimo de 492 dias (-43,1%), quando comparado com o ano anterior.

Quadro 20 – Acidentes de Trabalho

ACIDENTES DE TRABALHO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
N.º de acidentes de trabalho	20	21	18	- 1	- 4,8%
Colaboradores HF	20	19	16	+ 1	+ 5,3%
Colaboradores cedidos à TIIM	0	2	2	- 2	- 100,0%
Dias perdidos	650	1 142	848	- 492	- 43,1%
Colaboradores HF	650	933	781	- 283	- 30,3%
Colaboradores cedidos à TIIM	0	209	67	- 209	- 100,0%

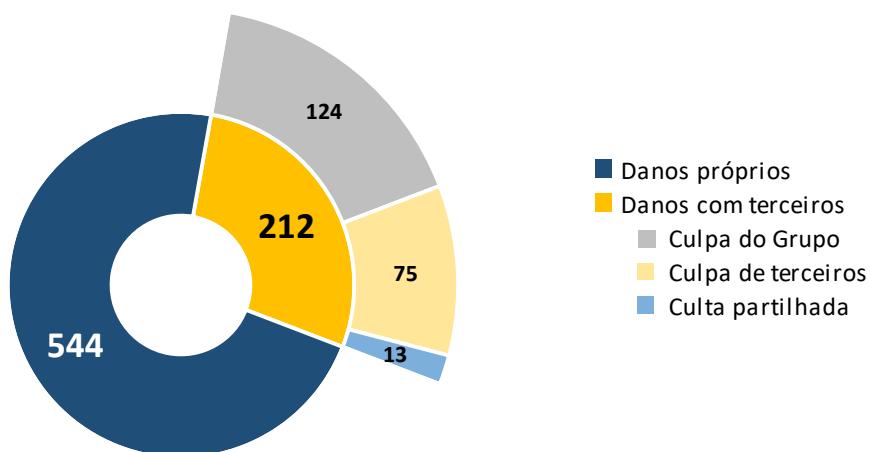
4.2. Sinistralidade

Na análise efetuada ao quadro de sinistralidade, verifica-se que o número total de sinistros diminuiu para 756 (-26 ocorrências) face ao ano de 2023, apesar da circulação rodoviária na Região estar cada vez mais difícil e congestionada.

Quadro 21 – Sinistros

SINISTROS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Horários do Funchal	684	696	693	- 12	- 1,7%
TIIM	72	86	116	- 14	- 16,3%
TOTAL	756	782	809	- 26	- 3,3%

Gráfico 6 – Sinistralidade

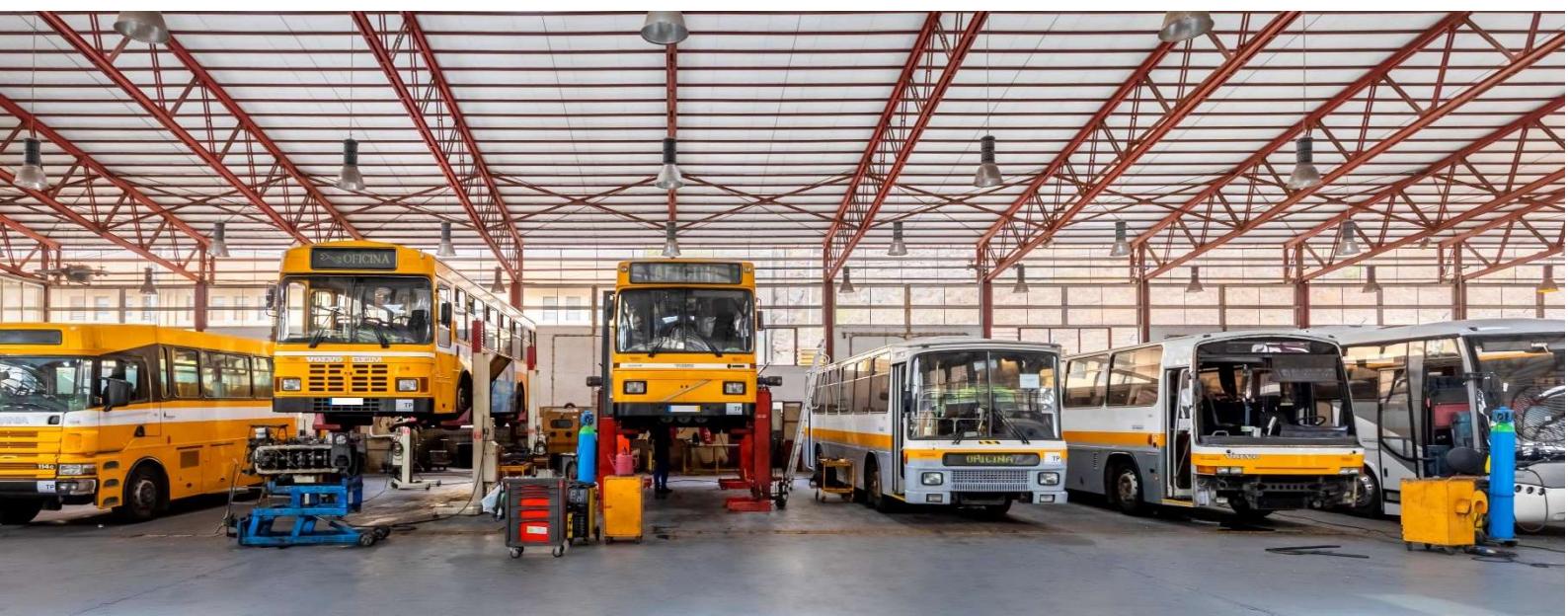


Relativamente às quedas a bordo, como fator de preocupação que requer cuidado e atenção, registamos um aumento de 14 ocorrências (+42,4%) quando comparado com 2023.

Quadro 22 – Quedas

QUEDAS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Horários do Funchal	47	31	50	+ 16	+ 51,6%
TIIM	0	2	1	- 2	- 100,0%
TOTAL	47	33	51	+ 14	+ 42,4%

05 MANUTENÇÃO



5. MANUTENÇÃO

5.1. Frota

Em 31 de dezembro de 2024, a frota do Grupo Horários do Funchal consistia em 282 veículos de transporte coletivo de passageiros. A partir de 1 de julho de 2024, com o término do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, detido pela TIIM, S.A., cessou-se o aluguer de autocarros para o serviço interurbano à empresa-mãe (HF).

Quadro 23 – Frota

FROTA	2024		2023		2019		Variação 2024/2023	
	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Absoluta	%
Horários do Funchal	282	11,99	222	7,17	156	20,41	+ 60	+ 27,0%
Urbana	160	7,43	169	6,77	137	22,34	- 9	- 5,3%
Zonas Altas	14	9,14	14	8,14	8	9,50	0	0,0%
PMR	8	10,00	8	9,00	6	7,67	0	0,0%
Turismo	26	10,31	26	9,31	0	0,00	0	0,0%
Elétricos	5	5,00	5	4,00	5	0,40	0	0,0%
Interurbana - HF	15	8,86	0	0,00	0	0,00	+ 15	n.a.
Aluguer (Ex-TIIM)	54	28,87	0	0,00	0	0,00	+ 54	n.a.
TIIM	0	0,00	60	25,13	88	24,91	- 60	- 100,0%
Interurbana	0	0,00	54	27,81	59	27,92	- 54	- 100,0%
Interurbana "Frota Nova"	0	0,00	6	1,00	0	0,00	- 6	- 100,0%
Alugueres	0	0,00	0	0,00	29	18,79	0	n.a.
TOTAL	282	11,99	282	10,99	244	22,04	0	0,0%

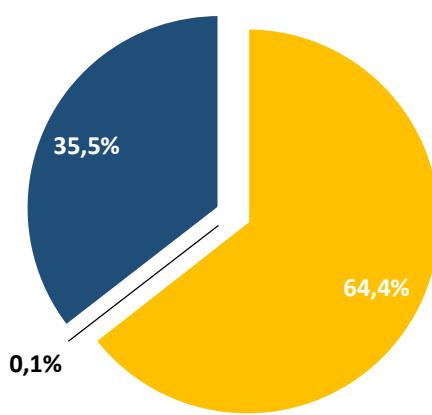
5.2. Custos de Manutenção

Durante o ano de 2024, os custos de manutenção e gasóleo foram de 2,3 milhões de euros e 4,1 milhões de euros, respetivamente. Estes valores representam um aumento de 36,2 mil euros (+1,6%) nos custos de manutenção e uma diminuição significativa de 499,5 mil euros (-10,7%) nos custos de gasóleo, face ao registado em 2023. Os resultados obtidos são fruto da finalização da operação interurbana, que levou à paralisação completa de cerca de 42 viaturas.

Quadro 24 – Custo de Manutenção

CUSTO MANUTENÇÃO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Horários do Funchal					
Quilómetros percorridos	6 559 943	6 139 162	5 920 502	+ 420 781	+ 6,9%
Gasóleo (€)	3 770 488	3 787 148	3 383 770	- 16 660	- 0,4%
Eletricidade (€)	3 893	4 664	0	- 771	- 16,5%
Adblue e Óleos (€)	183 106	145 911	5 955	+ 37 195	+ 25,5%
Manutenção (€)	1 692 387	1 449 172	1 829 632	+ 243 215	+ 16,8%
Custo total (€)	5 649 873	5 386 895	5 219 357	+ 262 978	+ 4,9%
TIIM					
Quilómetros percorridos	698 308	1 438 860	1 762 559	- 740 552	- 51,5%
Gasóleo (€)	406 296	889 133	931 615	- 482 838	- 54,3%
Manutenção (€)	424 711	668 902	899 643	- 244 191	- 36,5%
Custo total (€)	831 006	1 558 035	1 831 258	- 727 029	- 46,7%
TOTAL					
Quilómetros percorridos	7 258 251	7 578 022	7 683 061	- 319 771	- 4,2%
Gasóleo (€)	4 176 783	4 676 281	4 315 384	- 499 498	- 10,7%
Eletricidade (€)	3 893	4 664	0	- 771	- 16,5%
Adblue e Óleos (€)	183 106	145 911	5 955	+ 37 195	+ 25,5%
Manutenção (€)	2 117 098	2 118 074	2 729 275	- 976	0,0%
Custo total (€)	6 480 879	6 944 930	7 050 615	- 464 051	- 6,7%

Gráfico 7 – Peso das rubricas de custo



■ Gasóleo (€) ■ Eletricidade (€) ■ Manutenção (€)



06 ENGENHARIA E PRODUÇÃO



6. ENGENHARIA E PRODUÇÃO

6.1. Lavagem de Viaturas

Durante o ano de 2024, foram efetuadas um total de 49 627 lavagens às viaturas, representando um decréscimo de 2,2 mil lavagens (-4,3%) quando comparado com o ano de 2023. Esta diminuição deve-se à finalização do serviço interurbano em 30 de junho de 2024.

O Grupo HF continua a investir em práticas sustentáveis e inovadoras, assegurando que cada veículo esteja em perfeitas condições de limpeza e segurança. Este esforço não só reflete a nossa dedicação ao meio ambiente, mas também o nosso compromisso em proporcionar uma experiência de transporte mais confortável e confiável para todos os passageiros.

Quadro 25 – Lavagens

LAVAGEM DE VIATURAS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Viaturas Urbanas	37 940	40 395	33 725	- 2 455	- 6,1%
Viaturas PMR	661	633	283	+ 28	+ 4,4%
Viaturas Interurbanas	4 393	4 887	5 818	- 494	- 10,1%
Viaturas Turismo	2 865	3 373	4 031	- 508	- 15,1%
Viaturas Clientes	3 733	2 519	2 914	+ 1 214	+ 48,2%
Viaturas de Apoio	35	41	54	- 6	- 14,6%
TOTAL	49 627	51 848	46 825	- 2 221	- 4,3%

6.2. Consumo de Água e Eletricidade

Durante o ano de 2024, foram consumidos 11 758 m³ de água e produzidos 4,6 m³ de água por osmose, uma diminuição de 4,3 mil m³ de água consumida (-27,2%) e 760 m³ de água produzida por osmose (-14,1%), face a 2023.

Relativamente à eletricidade, registou-se um aumento no consumo de eletricidade em 3,8 mil quilowatt, representando um aumento de 0,7% face ao ano anterior.

Quadro 26 – Consumo de água e eletricidade

CONSUMO DE ÁGUA E ELETRICIDADE	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Consumo de água (m3)	16 397	21 551	13 313	- 5 154	- 23,9%
Consumo de água (m3)	11 758	16 152	7 619	- 4 394	- 27,2%
Produção da osmose	4 639	5 399	5 694	- 760	- 14,1%
Consumo de eletricidade	566 708	562 829	510 000	+ 3 879	+ 0,7%
Eletricidade (x103 kW)	566 708	562 829	510 000	+ 3 879	+ 0,7%

6.3. Gestão de Resíduos

A gestão de resíduos assume, cada vez mais, um carácter de grande relevância e impacto, sendo uma das principais preocupações do Grupo HF, por forma a reduzir a nossa pegada ambiental. Nesse sentido, é efetuado durante o ano, uma recolha seletiva de todos os resíduos para que depois sejam encaminhados para os locais de recolha e tratamento especializado neste sector, privilegiando, sempre que possível a respetiva valorização.

Durante o ano de 2024, foram produzidas 100,5 toneladas de diversos resíduos, um decréscimo de cerca de 13,3 toneladas (-11,6%), quando comparado com o ano de 2023.

Quadro 27 – Gestão de resíduos

GESTÃO DE RESÍDUOS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Resíduos sólidos urbanos	76,7	63,5	109,0	13,2	+ 20,9%
Resíduos especiais / específicos / perigosos	23,8	50,3	35,2	-26,5	- 52,7%
TOTAL	100,5	113,8	144,2	-13,3	- 11,6%

Valores em toneladas.

Gráfico 9 – Resíduos sólidos urbanos (%)

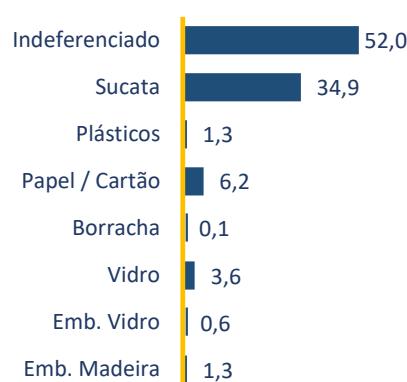
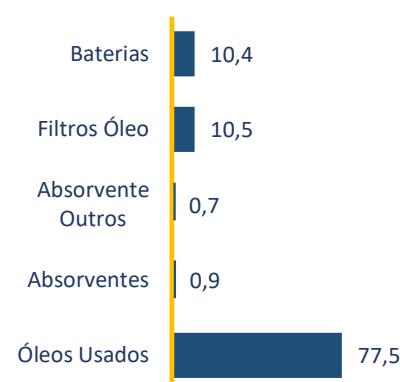


Gráfico 8 – Resíduos especiais/específicos/perigosos (%)



6.4. Emissões de CO₂

Influenciado pela diminuição do consumo de gasóleo, devido ao fim da operação interurbana realizada pela TIIM, S.A., o consumo de TEP's registou uma redução de 8,7%. Ainda assim, as emissões de CO₂ por passageiro e por quilómetro, praticamente não sofreram alterações face ao ano de 2023.

Quadro 28 – Emissões de CO₂

EMISSÕES DE CO ₂	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
COMBUSTÍVEL					
Consumo gasóleo (L)	4 340 624	4 662 898	4 753 069	- 322 274	- 6,9%
TEP*	3 787	4 150	4 147	- 363	- 8,7%
Emissões (Ton. De CO ₂)	11 733	12 858	12 850	- 1 124	- 8,7%
Emissões por passageiros (Kg de CO ₂)	0,56	0,58	0,68	- 0,02	- 3,5%
Emissões por Km percorrido (Kg de CO ₂)	2,10	1,96	1,67	+ 0,14	+ 7,0%

*Tonelada equivalente de petróleo.



07 COMERCIAL



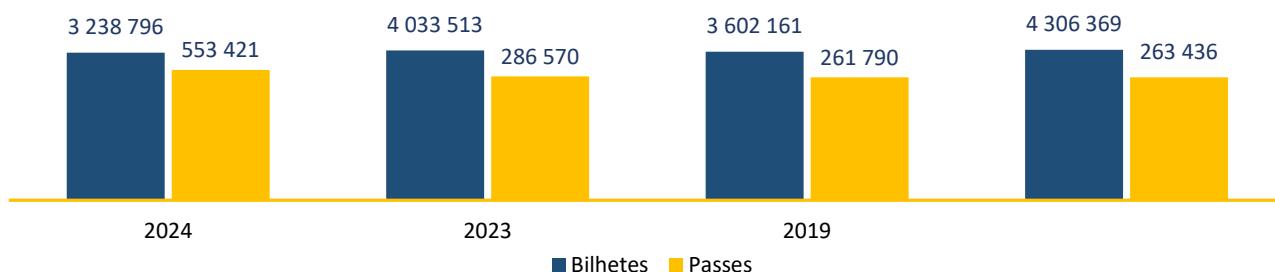
7. COMERCIAL

7.1. Receita e quantidades vendidas

7.1.1. Serviços Regulares

No seguimento da evolução da oferta e da procura já enunciadas, observamos uma redução de 794,7 mil bilhetes vendidos (-19,7%) e um aumento de 266,8 mil passes vendidos (+93,1%). Os utilizadores de transporte público, que frequentemente optavam pela compra de bilhetes a bordo ou pré-comprados, devido às poucas deslocações habituais, migraram para os títulos mensais. Este comportamento, deve-se, ao alargamento da gratuitidade, resultando no uso mais frequente do transporte público de passageiros e justificando as variações observadas.

Gráfico 10 – Títulos de transporte vendidos



Quadro 29 – Quantidades de títulos vendidos nos Serviços Regulares

QUANTIDADE	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Horários do Funchal	3 528 839	3 879 321	4 093 363	- 350 482	- 9,0%
Bilhetes	3 069 986	3 617 196	3 849 749	- 547 210	- 15,1%
Passes	458 853	262 125	243 614	+ 196 728	+ 75,1%
TIIM	263 378	440 762	476 442	- 177 384	- 40,2%
Bilhetes	168 810	416 317	456 620	- 247 507	- 59,5%
Passes	94 568	24 445	19 822	+ 70 123	+ 286,9%
TOTAL	3 792 217	4 320 083	4 569 805	- 527 866	- 12,2%
Bilhetes	3 238 796	4 033 513	4 306 369	- 794 717	- 19,7%
Passes	553 421	286 570	263 436	+ 266 851	+ 93,1%

Em termos de receita global, verificamos uma diminuição de 3,5 milhões de euros (-25,2%) face a 2023, fruto não só da extensão da gratuitidade, como do fim da operação interurbana a partir de 1 de julho de 2024.

Quadro 30 – Receita dos Serviços Regulares

RECEITA	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Horários do Funchal	9 807 696	12 217 627	12 266 348	- 2 409 931	- 19,7%
Bilhetes	5 275 519	5 748 500	5 622 677	- 472 981	- 8,2%
Passes	4 406 548	6 299 667	6 442 481	- 1 893 119	- 30,1%
Outros títulos	4 091	59 216	91 450	- 55 125	- 93,1%
Cartões giro	121 538	110 244	109 740	+ 11 294	+ 10,2%
TIIM	695 624	1 823 605	1 847 708	- 1 127 981	- 61,9%
Bilhetes	440 443	1 072 233	1 058 460	- 631 790	- 58,9%
Passes	255 182	751 372	789 248	- 496 191	- 66,0%
TOTAL	10 503 320	14 041 232	14 114 056	- 3 537 912	- 25,2%
Bilhetes	5 715 962	6 820 733	6 681 137	- 1 104 771	- 16,2%
Passes	4 661 729	7 051 039	7 231 729	- 2 389 310	- 33,9%
Outros títulos	4 091	59 216	91 450	- 55 125	- 93,1%
Cartões giro	121 538	110 244	109 740	+ 11 294	+ 10,2%

Valores em euros.

7.1.2. Novo Sistema de Bilhética

Com a implementação do novo sistema de bilhética integrada GIRO, a TIIM, S.A. assumiu a responsabilidade pela comercialização de todos os títulos de transporte, incluindo os suportes para os mesmos. Através do novo sistema de bilhética integrada registou-se a venda de 47,5 mil cartões GIRO e 1,37 milhões de títulos de viagem, dos quais 1,3 milhões são bilhetes e 73,7 mil são passes.

A análise das quantidades vendidas de bilhetes revela uma distribuição bastante equilibrada entre bilhetes municipais e intermunicipais. Os bilhetes municipais representam 45,9% do total, enquanto os intermunicipais correspondem a 54,1%.

Em contraste, ao observarmos as quantidades vendidas de passes verificamos uma preferência clara pelos passes intermunicipais, que constituem 78,5% do total de passes vendidos.

Os números apurados demonstram, claramente, a implementação gradual do novo sistema de bilhética integrada sem contato, adotada para colmatar a elevada afluência registada nos postos de atendimento.

Quadro 31 – Quantidades de títulos vendidos no novo Sistema de Bilhética

QUANTIDADE	TOTAL
CARTÕES GIRO	47 502
BILHETES	1 307 491
Municipais	600 452
Intermunicipais	707 039
PASSES	73 789
Municipais	15 832
Intermunicipais	57 957
TOTAL	1 428 782

Valores em euros.

Em termos de receita, registou-se no novo sistema de bilhética o valor de 6,2 milhões de euros, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 32 – Receita do novo Sistema de Bilhética

RECEITA	TOTAL
CARTÕES GIRO	214 648
BILHETES	3 310 293
Municipais	1 157 759
Intermunicipais	2 152 534
PASSES	2 677 065
Municipais	461 495
Intermunicipais	2 215 570
TOTAL	6 202 006

Valores em euros.



08 TECNOLOGIA



8. TECNOLOGIA

8.1. Suporte Técnico

Em 2024, a área tecnológica prosseguiu na gestão do parque informático, na manutenção de equipamentos e apoio aos utilizadores, com a continuação das atividades correntes de gestão e manutenção do sistema (*Service Desk*).

Durante o ano, foram solicitados 3 180 pedidos de suporte técnico, refletindo uma diminuição de 8 548 intervenções (-72,9%), face o mesmo período homólogo de 2023.

Gráfico 11 – Suporte técnico



8.2. Assistência SAEIP e Bilhética

Durante o ano de 2024, efetuou-se o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados, em parceria com a empresa TECMIC e Powerqubit.

Registaram-se 70 anomalias nos painéis informativos e 364 na frota. Mais 57 (+438,5%) e 132 (+56,9%) respetivamente, do que no período homólogo. Quanto ao sistema de bilhética, foram realizadas 962 intervenções de manutenção, menos 1 120 (-53,8%) do que em 2023.

As variações registadas, no número de assistências SAE e bilhética, devem-se à retirada dos painéis de informação ao público, à desarticulação das viaturas utilizadas na operação interurbana, a qual teve fim em junho de 2024 e à implementação do novo sistema de bilhética integrada GIRO.

Quadro 33 – Assistência SAEIP e Bilhética

ASSISTÊNCIA	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
SAE - Painéis	70	13	89	+ 57	+ 438,5%
SAE - Frota	364	232	276	+ 132	+ 56,9%
Bilhética	962	2 082	1 069	- 1 120	- 53,8%
TOTAL	1 396	2 327	1 434	- 931	- 40,0%
SAE	434	245	365	+ 189	+ 77,1%



09 ESTUDOS E PROJETOS



9. ESTUDOS E PROJETOS

9.1 Civitas Destinations

O projeto CIVITAS-DESTINATIONS enquadra-se na iniciativa CIVITAS 2016-2020 onde reúne parceiros de 11 países europeus, aos quais se junta ainda a China, e é financiado diretamente pela Comissão Europeia no âmbito do programa “*H2020-EU.3.4 – SOCIETAL CHALLENGES – Smart, Green And Integrated Transport*”, na call “*MOBILITYfor GROWTH 2014-2015 – MG-5.5ª-2015 – Demonstrating and testing innovative solutions for leaner and better urban transport and mobility*”.

O projeto visa apoiar a transformação das cidades europeias de pequena e média dimensão inseridas em contexto insular com forte vocação turística, em destinos turísticos sustentáveis, através da implementação de soluções integradas de mobilidade sustentável e de melhoria de eficiência dos sistemas de transporte de pessoas e bens.

Os objetivos específicos do projeto passam por a melhoria das acessibilidades, a redução das emissões poluentes e a melhoria da qualidade do ar, a redução do consumo de energia, o aumento da equidade social e a melhoria da eficácia e da integração entre serviços de transporte e de mobilidade.

Tendo a Horários do Funchal ficado como Coordenador Europeu do projeto, o projeto teve início a 1 de setembro de 2016 com a duração prevista de 48 meses (4 anos).

Durante o ano de 2024, e na sequência da auditoria ao CIVITAS DESTINATIONS, iniciada em julho de 2023 pela PwC, grande parte das atividades desenvolvidas pela Horários do Funchal estiveram relacionadas com o acompanhamento do processo. A Horários do Funchal deu então continuidade aos pedidos de esclarecimento

colocados pelos auditores, com a colaboração interna das equipas internas nas áreas de interesse. Terminada a auditoria, a empresa analisou o Relatório Preliminar da Auditoria, com conclusão oficial do procedimento em julho de 2024, com parecer positivo.



9.2. MUSA e MUSA-RL

O projeto de Mobilidade Urbana Sustentável e Acessível (MUSA) é um projeto cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que visa apoiar a renovação da frota de forma a oferecer uma maior qualidade no serviço prestado junto da população em geral, quer sejam residentes ou visitantes ao concelho do Funchal. Os requisitos técnicos exigidos na nova frota a adquirir, vão permitir uma maior acessibilidade da população e uma maior eficiência energética do serviço de transportes públicos, contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população.

Desta forma, a Horários do Funchal procedeu à aquisição de 5 miniautocarros elétricos que permitiram um melhor acesso no centro do Funchal, facilitando o acesso dos seus utilizadores aos pontos de interesse, serviços administrativos e compras da População com Mobilidade Reduzida.

Foram também adquiridos autocarros EURO VI, considerados como “Autocarros Limpos”, dado que nas suas características técnicas do Caderno de Encargos é considerado o limite máximo de emissões por autocarro. Estes autocarros têm um comprimento máximo de 10,8 metros, permitindo assim a circulação em grande parte da rede de transporte público do Funchal, a qual é caracterizada por ruas muito estreitas, curvas apertadas e elevadas inclinações.

Ambas as tipologias de transporte público permitem o acesso de cadeira de rodas, estando equipadas com sistemas de auxílio à condução, ar condicionado e facilidades de informação para os utilizadores.

Além dos benefícios para os utilizadores do transporte, o projeto visa a promoção e a diminuição da emissão de gases com efeito de estufa e de ruido em meio urbano, promovendo uma melhoria na qualidade de vida dos residentes da Região Autónoma da Madeira e seus visitantes. A renovação da frota, permite também a redução dos custos de manutenção, dado que a frota que operava nas redes já se encontrava com alguma idade.

Em relação ao projeto MUSA RL – MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL, ACESSÍVEL E RESILIENTE enquadra-se no Programa Operacional Madeira 14-20, Eixo prioritário 4, Apoiar a transição para uma Economia de Baixo teor de Carbono em todos os sectores, Prioridade de investimento 4.e – A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação, tipologia de intervenção 07. Eficiência energética nos transportes públicos.

O enquadramento verificou-se através da renovação da frota, com a aquisição de 30 novos autocarros, que permitiram uma redução significativa do consumo energético e de ruído em meio urbano pelos autocarros, bem como, ofereceu um maior conforto, qualidade de vida e acessibilidade ao transporte público.

O MUSA-RL é um projeto que garante a continuidade e complementaridade do projeto “MUSA – MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL”.

9.3. Estudo de Mobilidade na RAM

O Estudo de Mobilidade da Região Autónoma da Madeira é um projeto adjudicado em janeiro de 2020, tendo as atividades relacionadas suspensas e reprogramadas para 2022 devido à pandemia mundial COVID-19, dando-se então por finalizadas em 2024.

Este estudo visou prestar um melhor serviço de mobilidade, com qualidade e pontualidade, tendo com o seu objetivo primordial da “melhoria da eficiência do serviço prestado”. Com esse intuito, a Horários do Funchal elaborou inquéritos de mobilidade a residentes, não residentes e turistas, de modo a avaliar os seus padrões de mobilidade e, posteriormente, poder adaptar o seu serviço conforme as necessidades e expetativas dos seus clientes e da população em geral.

9.4. Inquérito bienal de Satisfação e Caracterização do cliente

Durante o ano de 2024, a Horários do funchal preparou e realizou o *Inquérito Bienal de Satisfação e Caracterização do Cliente do Serviço Público*, atividade enquadrada nas obrigações do Contrato de Concessão, o qual prevê a realização dos mesmos de dois em dois anos.

A inquirição foi assegurada por um colaborador da Horários do Funchal entre os períodos de 7 de outubro de 2024 até 22 de novembro de 2024, tendo posteriormente elaborado o tratamento das informações recolhidas e respetivos relatórios.

9.5. Preparação de novas candidaturas

Durante o ano de 2024, deu-se continuidade à procura constante sobre possíveis candidaturas de projetos que possam ter um impacto positivo no desenvolvimento do Grupo HF, procurando sempre atender, da melhor forma possível, as necessidades dos seus utilizadores e, procurando ainda, melhorias constantes na qualidade do seu serviço, de acordo com os princípios estratégicos delineados pelo grupo.

10

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

10.1. Resultados

Os resultados apurados no final do exercício de 2024, foram os seguintes:

Quadro 34 – Resultados

RESULTADOS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
EBITDA	7 693 774	7 857 022	2 778 300	- 163 248	- 2,1%
EBIT	2 313 366	2 291 119	883 842	+ 22 246	+ 1,0%
Resultado antes de impostos	493 896	915 467	780 371	- 421 572	- 46,0%
Resultado Líquido	562 345	986 162	595 396	- 423 817	- 43,0%

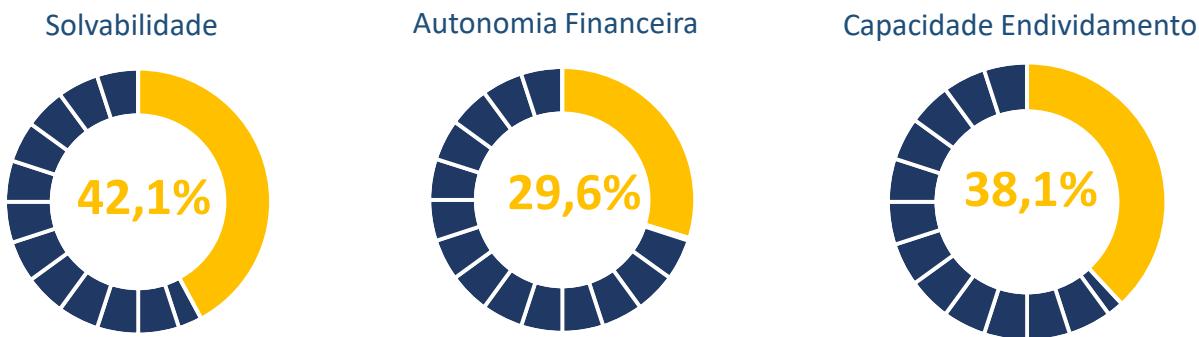
Valores em euros.

O desempenho económico do Grupo HF, em 2024, gerou um Resultado Líquido (RL), positivo de 562,3 mil euros, o qual reflete um decréscimo de 423,8 mil euros (-43,0%) face ao exercício anterior. Para esta evolução contribuiu a variação observada no EBITDA que atingiu o montante de 7,6 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 163,2 mil euros (-2,1%) relativamente ao período homólogo, consequência do acréscimo

registado nas rubricas “Fornecimentos e serviços externos” e “Gastos com o pessoal”, que superou ao aumento registado nas rubricas “Vendas e serviços prestados” e “Outros rendimentos e ganhos”.

O EBIT, ou Resultado Operacional, atingiu um resultado positivo de 2,3 milhões de euros, aumentando em cerca de 22,2 mil euros (+1,0%), relativamente ao ano 2023.

Gráfico 12 – Rácios



A análise que se segue é relativa aos Rendimentos e Ganhos e Gastos e Perdas, e detalha a forma como foram apurados os resultados apresentados neste ponto.

10.2. Rendimentos e Ganhos

Os Rendimentos e Ganhos apresentam o valor de 39,3 milhões de euros, um acréscimo de 7,9 milhões de euros (+25,2%), quando comparado com o período homólogo de 2023.

Quadro 35 – Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Vendas e serviços prestados	27 658 174	20 437 447	14 858 585	+ 7 220 728	+ 35,3%
Subsídios à exploração	6 805 048	6 947 096	6 885 919	- 142 048	- 2,0%
Trabalhos para a própria entidade	0	72 168	872 968	- 72 168	- 100,0%
Outros rendimentos e ganhos	4 877 672	3 970 388	1 111 611	+ 907 283	+ 22,9%
TOTAL	39 340 894	31 427 100	23 729 084	+ 7 913 795	+ 25,2%

Valores em euros.

O gráfico seguinte mostra o peso das principais rubricas que compõem os Rendimentos e Ganhos:

Gráfico 13 – Distribuição dos Rendimentos e Ganhos (%)



10.3. Gastos e Perdas

Os Gastos e Perdas ascenderam a 37,0 milhões de euros durante o ano de 2024, um acréscimo de 7,8 milhões de euros (+27,1%), face ao período homólogo.

Quadro 36 – Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
CMVMC	6 173 106	6 565 102	6 478 225	- 391 997	- 6,0%
Fornecimentos e serviços externos	7 814 362	2 521 274	1 797 836	+ 5 293 088	+ 209,9%
Gastos com pessoal	17 311 646	14 000 100	12 487 820	+ 3 311 546	+ 23,7%
Outros gastos e perdas	348 007	483 601	186 903	- 135 595	- 28,0%
Gastos de depreciação e amortização	5 380 408	5 565 903	1 894 457	- 185 494	- 3,3%
TOTAL	37 027 529	29 135 980	22 845 242	+ 7 891 548	+ 27,1%

Valores em euros.

O gráfico seguinte mostra o peso das principais rubricas que compõem os Gastos e Perdas:

Gráfico 14 – Distribuição dos Gastos e Perdas (%)



10.4. Dívida Financeira e Comercial

Relativamente à dívida financeira e comercial, não avalizada, regista um aumento de 1,1 milhões de euros (+23,5%) quando comparado com o ano 2023. A dívida financeira avalizada, registava no final do ano de 2024 o montante de 37,1 milhões de euros (+6,4%), face a 2023.

Quadro 37 – Dívida Financeira e Comercial

DÍVIDAS COMERCIAL E FINANCEIRA	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Dívida não avalizada	6 022 366	4 875 574	7 273 967	+ 1 146 792	+ 23,5%
Comercial	2 512 366	1 975 574	5 286 784	+ 536 792	+ 27,2%
Financeira	3 510 000	2 900 000	1 987 183	+ 610 000	+ 21,0%
Dívida Avalizada	37 128 068	34 899 109	0	+ 2 228 959	+ 6,4%
Financeira	37 128 068	34 899 109	0	+ 2 228 959	+ 6,4%

Valores em euros.

Ao nível dos “Juros suportados” e “Outros gastos e perdas de financiamento”, apresentam um aumento de 532,1 mil euros (+38,6%) e é justificado, pelo cumprimento das obrigações, nomeadamente, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Quadro 38 – Juros

JUROS	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Juros suportados	1 824 478	1 257 669	39 606	+ 566 809	+ 45,1%
Outros gastos e perdas de financiamento	86 942	121 636	63 867	- 34 694	- 28,5%
TOTAL	1 911 420	1 379 305	103 473	+ 532 114	+ 38,6%

Valores em euros.

10.5. Estrutura Patrimonial

No final de 2024, a estrutura patrimonial registava a seguinte composição:

Quadro 39 – Estrutura Patrimonial

ESTRUTURA DO BALANÇO	2024	2023	2019	Variação 2024/2023	
				Absoluta	%
Ativo não corrente	50 558 687	50 574 159	28 519 682	- 15 472	0,0%
Ativo Corrente	24 659 518	14 930 978	7 522 008	+ 9 728 540	+ 65,2%
Total Ativo	75 218 205	65 505 137	36 041 690	+ 9 713 069	+ 14,8%
Capital realizado	17 852 360	17 852 360	17 852 360	0	0,0%
Resultados transitados	-23 770 675	-25 279 301	-19 704 655	+ 1 508 626	+ 6,0%
Outras variações no capital	6 255 402	6 604 748	4 044 020	- 349 345	- 5,3%
Resultado líquido	562 345	986 162	595 396	- 423 817	- 43,0%
Capital Próprio	22 292 011	18 890 246	23 976 374	+ 3 401 765	+ 18,0%
Passivo Não Corrente	36 239 661	37 268 221	4 429 807	- 1 028 560	- 2,8%
Passivo Corrente	16 686 533	9 346 670	7 635 509	+ 7 339 863	+ 78,5%
Total do Passivo	52 926 194	46 614 891	12 065 316	+ 6 311 303	+ 13,5%
Total do Capital Próprio e do Passivo	75 218 205	65 505 137	36 041 690	+ 9 713 069	+ 14,8%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Na estrutura de balanço, comparativamente ao exercício anterior, importa destacar o acréscimo de 9,7 milhões de euros (+14,8%) no Ativo. Este resultado deve-se ao aumento de 1,4 milhões de euros (+203,2%) na rubrica “Clientes”, decorrente dos valores de receita que serão repartidos aos Operadores do novo Sistema de Bilhética Integrada. Adicionalmente, observou-se um acréscimo de 2,5 milhões de euros na rubrica “Outros créditos a receber”, fruto, essencialmente, da receita referente a 2024, a ser faturada em 2025, associada às indemnizações compensatórias decorrentes da 8.ª adenda ao Contrato de Serviço Público da HF, S.A.. Por fim, o aumento registado na rubrica “Caixas e depósitos bancários”, resultou dos valores cativos destinados ao pagamento dos empréstimos bancários de médio e longo prazo contraídos junto à Caixa Geral de Depósitos e ao Montepio Geral.

Quanto ao Passivo observa-se um acréscimo de 6,3 milhões de euros (+13,5%) relativamente ao ano de 2023, que tem origem, no aumento de 4,2 milhões de euros (+147,4%) na rubrica “Financiamentos obtidos”, fruto do início, previsto para agosto de 2025, da amortização dos empréstimos a médio e longo prazo, e do aumento das contas caucionadas associado às necessidades de tesouraria apresentadas pelo Grupo HF. Adicionalmente, observou-se ainda o acréscimo de 2,9 milhões de euros (+56,5%) na rubrica “Outras dividas a pagar”, decorrente do aumento dos credores por acréscimo de gastos.

Por fim, o Capital Próprio, regista um aumento de aproximadamente 3,4 milhões de euros (+18,0%), explicado pelas variações verificadas em diversas rubricas, com destaque para o aumento de 2,6 milhões de euros (+17,9%) da rubrica “Excedentes de revalorização” e de 1,5 milhões de euros (+6,0%) na rubrica “Resultados transitados”.

Gráfico 15 – Estrutura Patrimonial



PERSPECTIVAS FUTURAS

Para o ano de 2025, não se prevê, nos próximos meses, um cessar-fogo no conflito militar entre Rússia-Ucrânia, continuando a existir um impacto direto negativo nos principais indicadores macroeconómicos, que não se esperam que voltem aos seus índices pré-conflito nos próximos tempos, impactando, dessa forma, a performance financeira do Grupo HF. Isto apesar das decisões de política orçamental de resposta à crise, quer do Governo Regional quer do Governo Central.

A rejeição do orçamento regional para 2025, no final do ano de 2024, aprofundou o impasse político e deixou a Madeira num estado de incerteza. O desfecho dessa crise marcará um capítulo importante na história política da Madeira, mas é certo que o impacto será sentido muito além das paredes do parlamento regional.

Relativamente a operação da Horários do Funchal, S.A., estamos confiantes na nossa capacidade de manter a trajetória de crescimento, cumprindo com os nossos objetivos e mantendo o compromisso de qualidade de serviço para com os nossos passageiros. Dispomos dos recursos certos e temos colaboradores dedicados, resilientes, responsáveis e experientes, sempre comprometidos em oferecer o melhor serviço aos nossos passageiros, à população em geral e aos visitantes.

No que diz respeito a operação da TIIM, S.A., prevemos para o ano de 2025 um contexto transitório, em que a empresa continuará com a sua atividade atual, que integra o sistema de bilhética integrada e todos os outros processos anexos (Sistema de SAE, informação ao público, reclamações, entre outros), até 30 de junho de 2025, sendo a partir dessa data transferida toda a atividade para o Instituto da Mobilidade e Transporte (IMT, IP-RAM), conforme instituído através do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro.

Após concluído este processo de transição, a TIIM, S.A. ficará desprovida de qualquer área de atuação, originando então um processo de fusão com a empresa Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., no qual a TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. será absorvida pela empresa-mãe ou, em alternativa, poderá ser liquidada. Este processo está condicionado à aprovação do nosso acionista, o Governo Regional da Madeira.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor. As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e com os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor positivo de 562 345,14 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 14 de março de 2025

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
(Presidente Executivo)

Susana Maria Florença Pinto Correia
(Vogal Executivo)

Duarte Leovigildo de Faria Sousa
(Vogal Executivo)

João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro
(Vogal não Executivo)

Ana Catarina Sousa Silva Aguiar
(Vogal não Executivo)

Anexo I

Contas do Exercício

Balanço Consolidado

RUBRICAS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	49 781 710,00	50 525 977,95
Ativos fixos intangíveis	7	728 796,37	0,00
Participações financeiras - outros métodos	8	15 000,00	15 000,00
Outros investimentos financeiros		33 180,69	33 180,69
		50 558 687,06	50 574 158,64
Ativo corrente			
Inventários	10	1 419 113,89	968 652,33
Clientes	11	2 211 607,40	729 348,40
Adiantamentos a fornecedores	14	93 765,26	157 370,01
Estado e outros entes públicos	12	490 578,64	1 200 774,78
Outros créditos a receber	13	6 179 488,55	3 657 017,25
Diferimentos	15	100 214,12	104 999,15
Caixa e depósitos bancários	4	14 164 750,34	8 112 815,99
		24 659 518,20	14 930 977,91
Total do ATIVO		75 218 205,26	65 505 136,55
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	16	17 852 360,00	17 852 360,00
Outros instrumentos de capital próprio	17	3 451 382,83	3 451 382,83
Reservas legais	18	432 629,73	432 629,73
Outras reservas	19	139 663,87	139 663,87
Resultados transitados	20	-23 770 675,11	-25 279 301,35
Ajustamentos em ativos financeiros	21	-151 571,69	-151 571,69
Excedentes de revalorização	22	17 520 473,79	14 854 172,75
Outras variações no capital próprio	23	6 255 402,46	6 604 747,54
Resultado líquido do período		562 345,14	986 161,89
Total do Capital Próprio		22 292 011,02	18 890 245,57
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	39	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	24	33 464 090,15	34 899 108,72
Passivos por impostos diferidos	9	2 775 571,17	2 369 112,60
		36 239 661,32	37 268 221,32
Passivo Corrente			
Fornecedores	26	945 745,14	625 361,77
Estado e outros entes públicos	12	392 293,14	386 587,53
Financiamentos obtidos	24	7 173 977,48	2 900 000,00
Outras dívidas a pagar	25	8 104 763,78	5 177 837,23
Diferimentos	15	69 753,38	256 883,13
		16 686 532,92	9 346 669,66
Total do Passivo		52 926 194,24	46 614 890,98
Total do Capital Próprio e do Passivo		75 218 205,26	65 505 136,55

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr.º João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro

Vogal não executivo: Dr.ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração Consolidada dos Resultados

RUBRICAS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	27	27 658 174,46	20 437 446,78
Subsídios à exploração	28	6 805 047,99	6 947 096,26
Variação nos inventários da produção	29	-8 853,34	4 157,72
Trabalhos para a própria entidade	30	0,00	72 168,05
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	31	-6 173 105,57	-6 565 102,34
Fornecimentos e serviços externos	32	-7 814 362,09	-2 521 274,21
Gastos com pessoal	33	-17 311 646,22	-14 000 099,78
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-86 402,22	60 920,42
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 12 e 13	0,01	2 834,13
Provisões (aumentos/reduções)	39	0,00	-2 484,60
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	129,91
Outros rendimentos e ganhos	34	4 877 671,87	3 902 346,25
Outros gastos e perdas	35	-252 751,02	-481 116,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 693 773,87	7 857 021,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	36	-5 380 408,12	-5 565 902,56
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 313 365,75	2 291 119,26
Juros e rendimentos similares obtidos		91 949,44	3 653,65
Juros e gastos similares suportados	38	-1 911 419,57	-1 379 305,47
Resultado antes de impostos		493 895,62	915 467,44
Imposto sobre rendimento do período	9	68 449,52	70 694,45
Resultado líquido do período		562 345,14	986 161,89

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr.º João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro

Vogal não executivo: Dr.ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	14 975 861,34	15 948 065,97
Pagamentos a fornecedores	-16 851 471,45	-13 803 819,66
Pagamentos ao pessoal	-10 222 060,40	-10 040 065,90
Caixa gerada pelas operações	-12 097 670,51	-7 895 819,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	9 952,26	-23,00
Outros pagamentos/recebimentos	16 390 072,97	9 880 629,69
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	4 302 354,72	1 984 787,10
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-2 146 540,32	-11 582 454,13
Ativos fixos intangíveis	-50 244,29	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis	1 800,00	54 587,50
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	3 007 935,81	1 463 004,00
Juros e rendimentos similares	102 699,70	67 586,46
Dividendos	2 957,68	3 653,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	918 608,58	-9 993 622,52
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos	5 457 532,23	11 693 079,28
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-2 800 000,00	0,00
Juros e gastos similares	-1 826 561,18	-1 161 094,56
Dividendos	0,00	0,00
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	830 971,05	10 531 984,72
Variação de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]	6 051 934,35	2 523 149,30
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 112 815,99	5 589 666,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 164 750,34	8 112 815,99

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr.º João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro

Vogal não executivo: Dr.ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no período de 2024

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2024		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-25 279 301,35	-151 571,69	14 854 172,75	6 604 747,54	986 161,89	18 890 245,57
Alterações no Período											
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								3 479 704,67			3 479 704,67
Excedentes rev. de at. fixos tang e intang. resp. variações	22						577 052,77	-577 052,77			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23								-409 548,75		-409 548,75
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23						-84 826,76	-236 350,86	60 203,67		-260 973,95
Variações de capital em participadas	21									-986 161,89	
Aplicação do resultado líquido do período	20						986 161,89				0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	1 478 387,90	0,00	2 666 301,04	-349 345,08	-986 161,89	2 809 181,97
Resultado Líquido do Período										562 345,14	562 345,14
Resultado Integral										-423 816,75	-423 816,75
Operações c/ Detentores de capital no Período											
Realizações de capital											0,00
Outras operações							30 238,34				30 238,34
		0,00	0,00	0,00	0,00	30 238,34	0,00	0,00	0,00	0,00	30 238,34
Posição no Fim do Período 2024		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-23 770 675,11	-151 571,69	17 520 473,79	6 255 402,46	562 345,14	22 292 011,02

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florencia Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr.º João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro

Vogal não executivo: Dr.ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no período de 2023

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2023		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-23 718 471,20	-151 571,69	16 938 903,57	7 686 809,85	-3 630 920,20	19 000 786,76
Alterações no Período											
Excedentes rev. de at. fixos tang e intang. resp variações	22					2 169 557,58		-2 169 557,58			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23								-1 268 462,58		-1 268 462,58
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23					-84 826,76		84 826,76	186 400,27		186 400,27
Variações de capital em participadas	21										
Aplicação do resultado líquido do período	20					-3 645 560,97			3 630 920,20		-14 640,77
		0,00	0,00	0,00	0,00	-1 560 830,15	0,00	-2 084 730,82	-1 082 062,31	3 630 920,20	-1 096 703,08
Resultado Líquido do Período										986 161,89	986 161,89
Resultado Integral										4 617 082,09	4 617 082,09
Operações c/ Detentores de capital no Período											
Realizações de capital											0,00
Outras operações											0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2023		17 852 360,00	3 451 382,83	432 629,73	139 663,87	-25 279 301,35	-151 571,69	14 854 172,75	6 604 747,54	986 161,89	18 890 245,57

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr.º João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro

Vogal não executivo: Dr.ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

Anexo II

Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Empresas incluídas na consolidação

1.1 Designação da Entidade

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

- Horários do Funchal-Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe ou HF)
Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5
São Roque
9020 -242 Funchal

- TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. (TIIM)
Fundoa de Baixo
São Roque
9020-242 Funchal

1.2 Natureza da atividade

A natureza das atividades que constituem o Grupo HF é a seguinte:

A Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., sociedade, comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente subscrito e realizado, de 17 852 360,00 Euros.

A TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade a comercialização, desenvolvimento, disponibilização, operação e gestão de forma integrada de serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, incluindo Sistemas de Bilhética, Sistemas de Bilhética embarcada, Sistemas de Bilhética portátil para o transporte público coletivo de passageiros, incluindo a venda de títulos de transporte e cálculo de repartição de receitas entre Operadores.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5 000 000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº 238/91, de 2 de julho e respetivas atualizações.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, **foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 14 de março de 2024**, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da comprehensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2024 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2023.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, não obstante a inclusão da nova atividade da empresa a partir de 1 de julho de 2024, na empresa TIIM, S.A., leva-nos a novas rubricas em que não existe comparabilidade com o exercício anterior e que foram devidamente explanadas no decurso das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando-se, contudo, as seguintes situações:

- Ativos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos ativos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados, são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida como, também, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

- Os terrenos e edifícios, encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.
- A última revalorização dos terrenos e edifícios tinha sido em 2014, no entanto, não originaram qualquer atualização, pelo que a 31/12/2019 procedeu-se a novas avaliações, no grupo HF para obtenção dos justos valores. No final do exercício de 2024, procedeu-se a nova avaliação para obtenção do justo valor, sendo o mesmo refletido no presente exercício, cumprindo assim com o estabelecido;

- Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos de Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro e 264/92 de 24 de novembro.
- Na data da transição para as NCRF, o Grupo HF decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro e 264/92, de 24 de novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF n.º 7, com exceção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.
- Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.
- Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.
- Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, o Grupo HF tem por norma, que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.
- No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.
- Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.
- Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo o Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e, inherentemente, alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual, o Grupo HF, espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos\	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8
Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento de Transporte	6
Equipamento Administrativo	3 a 8
Equipamento Biológico	-
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 a 8

- As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

- Face ao plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração da HF, para o período de 2019 a 2029 (período de concessão), onde está prevista a renovação total da frota (viaturas para transporte de passageiros), em 2020, foi decidido proceder à alteração da política de estimativa das vidas úteis, a aplicar às novas aquisições, nomeadamente pela atribuição de uma vida útil de 8 anos às viaturas no seu todo, deixando de existir uma desagregação dos seus componentes, uma vez que não é esperado grandes investimentos/reparações durante o período de concessão, pelo que os custos com assistência diária, reparação e manutenção, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

- Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

O Grupo HF, classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu, considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF n.º 11.

As propriedades de investimento, são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento, são calculadas segundo o método da linha reta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros, acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

A HF, S.A., em outubro de 2018 assinou o Contrato de Concessão do Serviço público de transporte rodoviário de passageiros no Município do Funchal, entre a Região Autónoma da Madeira, Autoridade de Transporte competente, representada no ato pelo Vice-Presidente Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado e a Horários do Funchal, S.A., um contrato de concessão com a duração de 12 anos, tendo o seu término a 31/12/2029, no sentido de manter os princípios da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da Prestação do Serviço público e da necessidade e suficiência de recursos, que o Operador Horários do Funchal, S.A., detém na totalidade e lhe permite assegurar o serviço objeto do contrato.

Em relação à TIIM, o Despacho nº 230/2023, de 19 de julho, da Diretora Regional de Economia e Transportes Terrestres, publicado no JORAM n.º 129, 2.º suplemento, da II Série de julho, autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, pelo período necessário até ao efetivo início da nova operação de transportes dos operadores selecionados através de procedimento concorrencial, ou seja, até ao efetivo início do Período de Exploração dos “Contratos de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros de âmbito Intermunicipal e Municipal da RAM (LOTE 1 e LOTE 2), mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de julho de 2023.

A Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 402/2024, publicada a 23 de maio de 2024, no JORAM nº 81, 3.º suplemento, da I Série de maio, veio mandatar a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, com o apoio da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e em articulação com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, continuar a desenvolver todos os procedimentos e praticar os atos

previstos nos contratos de “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira”, tendo em conta as seguintes considerações:

- Considerando que, em cumprimento do novo quadro normativo vigente, foi autorizada, por Resolução do Conselho de Governo n.º 1285/2020, de 30 de dezembro, a abertura do procedimento para a “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira”;
- Considerando que, em resultado daquele procedimento, foi autorizada a decisão de adjudicação das Concessões dos Lotes 1 e 2, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 861/2022, de 16 de setembro, tendo, subsequentemente, ambos os Contratos de Concessão sido visados pelo Tribunal de Contas, em 21 de março de 2023;
- Considerando que, a completa implementação das concessões de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira (RAM), implica também a concretização da implementação do sistema de gestão integrada de todas as concessões de serviço público de transporte rodoviário de passageiros;
- Considerando que, a inadiabilidade e urgência em operacionalizar todos procedimentos e envidar todos os esforços para que se cumpra o prazo de implementação do sistema de bilhética a partir de um de julho de 2024;
- Considerando que, a Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 113/2023, de 24 de fevereiro, mandatou a Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., atualmente designada de TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, em estreita articulação com a Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e com a tutela setorial e financeira destas duas empresas públicas regionais, desenvolver os procedimentos e praticar os atos tendentes à gestão do sistema de bilhética integrada da RAM, por parte daquela empresa pública;
- Considerando que, importa precisar aquele mandato.

O Conselho do Governo reunido em plenário, em 16 de maio de 2024, resolve:

1. Mandatar a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, com o apoio da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e em articulação com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, continuar a desenvolver todos os procedimentos e praticar os atos previstos nos contratos de “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira” sinalizados como sendo incumbência dos Transportes Integrados e Intermodais da Madeira (TIIM), nos termos dos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, tendo em vista o início do sistema de bilhética integrada a 1 de julho de 2024, devendo, para o efeito, e para os procedimentos ainda por implementar, obter o parecer prévio da Concedente, representada, para este efeito, pela Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre (DRTMT), que assegurará, igualmente, a articulação e os contactos necessários com as concessionárias, ratificando-se todos os procedimentos já implementados diretamente associados a este processo.
2. Determinar que, para dar cumprimento ao disposto no número 1, e salvo definição em contrário decorrente de despacho conjunto dos Secretários Regionais com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, o

desenvolvimento dos atos e procedimentos a serem praticados pela TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., e, subsidiariamente, pela Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., devem enquadrar-se nas atividades elencadas nos Anexos 6 e 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente, nos seguintes processos, já autorizados e a autorizar:

- a) Sistema de Bilhética a utilizar na exploração do Serviço Público, interoperável com todos os operadores de transportes públicos da RAM;
- b) Bilhética Móvel e comercialização de Títulos de Bilhética Móvel;
- c) Apuramento da repartição de receitas de Títulos intermodais e Suportes de Títulos;
- d) Sistema de Apoio à Exploração a utilizar na exploração do Serviço Público, interoperável com todos os operadores de transportes públicos da RAM;
- e) Sistema de Gestão de Fiscalizações Comerciais;
- f) Rede de Vendas intermodal da RAM e de comercialização de Títulos de transporte;
- g) Serviço integrado de atendimento ao cliente, para toda a RAM;
- h) Dísticos identificadores de paragens, mapas da rede, horários e folhetos informativos, de forma integrada para toda a RAM, para afixação nas paragens e terminais rodoviários;
- i) Gestão da marca “GIRO” e da marca a utilizar pelos Bilhetes Regionais Turísticos;
- j) Aquisição de Suportes de Títulos e módulos de segurança e sua revenda aos Operadores da RAM;
- k) Venda de títulos de transporte e faturação dos mesmos em nome da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A.;
- l) Manutenção de 1.ª linha do Sistema de Bilhética;
- m) Sistema de comunicações locais para ativos de bilhética do Sistema GIRO;
- n) Contratação de serviços de pagamento automático e/ou eletrónico e serviços de venda de títulos de transporte.

3. Determinar que a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., e, subsidiariamente, a Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., colaborarão com a DRTMT na implementação das seguintes soluções:

- a) Website e App;
- b) Sistema de Gestão de Reservas;
- c) Sistema de Gestão de Reclamações.

4. Determinar que, de modo a operacionalizar o disposto no número anterior, são criadas equipas técnicas com representantes da Concedente, da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. e/ou da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., envolvendo, sempre que necessário, os representantes das concessionárias, cuja coordenação compete à DRTMT, enquanto representante da Concedente.

5. Determinar que, em cumprimento do ponto 2.1. do Anexo 11 do Caderno de Encargos do Concurso Limitado para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. é resarcida pelos custos efetivos incorridos com o cumprimento das obrigações estipuladas nos números um, dois e três, incluindo, designadamente, os decorrentes dos procedimentos lançados e a lançar aí enquadrados, os quais são apurados e validados por representantes das Secretarias Regionais com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, neste último caso representada pela DRTMT, mediante informação detalhada a fornecer por aquela empresa, a qual deverá salvaguardar a não duplicação de financiamento, incluindo da UE.

6. Determinar que, para efeitos do número anterior, são enquadráveis naquele âmbito os custos incorridos pela Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., em substituição das obrigações da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., os quais seguem os mesmos princípios de apuramento.
7. Revogar a Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 113/2023, de 24 de fevereiro.

Assim, em suma, o regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, teve a sua prorrogação até ao fim de junho de 2024, uma vez que a 1 de julho de 2024, foi a data efetiva em que entrou em vigor o novo sistema de bilhética integrada GIRO, com a nova Rede de Transportes Públicos da Região Autónoma da Madeira, a rede SIGA, que foi apresentada, no passado dia 20 de junho de 2024.

Locações

O Grupo HF, classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional, se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pelo Grupo HF, à luz dos contratos de locação operacional, são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira, são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário, são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira, são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros, são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período, é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento, é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos, referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos, são calculados e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao desconto respetivo.

Os ativos por impostos diferidos, são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, fato que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF n.º 25, o Grupo HF, procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos e os passivos por impostos diferidos, se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido, corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF, reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomado por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido, corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Outros créditos a receber

Nos outros créditos a receber, são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade, são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes, detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes, detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF, também classifica como ativos não correntes, detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes, detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes, englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quanto aos que

respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio ou outro apoio de entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas, são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio ou outro apoio de entidades públicas que se torne recetível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recetível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração de um dado exercício, imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio ou outro apoio de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar, quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios ou outros apoios de entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica, é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- Sendo provável que um exfluxo gere recursos que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

O Grupo HF, não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes, são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo gere benefícios económicos futuros, será exigido que, para um item previamente tratado como um passivo contingente, seja reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo HF divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos, são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rérito proveniente da venda de bens, é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF, tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF, não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rérito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo HF;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rérito associado com uma prestação de serviços, é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rérito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo HF;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rérito, compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rérito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, refletem os eventos subsequentes ocorridos até 14 de março de 2025, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos, são divulgados na Nota 44.

Imparidade

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e, sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade, sempre que, exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF, requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos, no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida, são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo HF, determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo HF avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo HF.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão, é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos ativos não correntes e goodwill

Os ativos fixos tangíveis, são revistos para efeitos de imparidade, sempre que existam fatos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas, quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo fato de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo HF.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo HF, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatos, que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas, podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos, para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas, poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo HF, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis durante os seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016, podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas e alteradas as regras de utilização de prejuízos fiscais em que previam a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO), passando a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Face à pandemia Covid-19, o Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio criar um regime especial de dedução de prejuízos fiscais que venham a ser apurados no período de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontram em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020:

- Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos (anteriormente, 5 anos). Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos;
- O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021;
- Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Na sequência do Orçamento de Estado para 2023, deixa de existir limitação temporal para a dedução de prejuízos fiscais, apurados a partir de 1 de janeiro de 2023, bem como a prejuízos fiscais anteriores a 1 de janeiro de 2022, cujo reporte da dedução ainda se encontre em curso à entrada em vigor da Lei do OE para 2023.

Quanto ao limite, o mesmo não pode ultrapassar os 65% do respetivo lucro tributável, o que perfaz 75% sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projeções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, o grupo à data de 31/12/2024, reavaliou os ativos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo, é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente, para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Face ao plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração, para o período de 2019 a 2029 (período de concessão), onde está prevista a renovação total da frota (viaturas para transporte de passageiros), em 2020 foi decidido proceder à alteração da política de estimativa das vidas úteis, a aplicar às novas aquisições, nomeadamente pela atribuição de uma vida útil de 8 anos às viaturas no seu todo, deixando de existir uma desagregação dos seus componentes, uma vez que não é esperado grandes investimentos/reparações durante o período de concessão, pelo que os custos com assistência diária, reparação e manutenção, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

O Grupo HF, em 2010, valorizou os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método, foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente e teve como referência os preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010, foi novamente validado por avaliações externas efetuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente. Em 2019 e 2024, fruto de novas avaliações por um perito externo e independente, foram efetuados os ajustes do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Face à pandemia COVID-19, podemos considerar que já existiu uma retoma total de toda a atividade, não se prevendo assim quaisquer impactos decorrentes da sua evolução futura. Consideramos que, as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

Quanto à invasão à Ucrânia e mais recentemente ao conflito Israel-Gaza, as mesmas continuam a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM” e a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no

Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira está inserida.

Assim, atendendo, que a TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., não concorreu ao citado concurso, cuja data de entrada ocorreu a 1 de julho de 2024 e que:

- O Conselho de Governo Regional mandatou a TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., para, com o apoio da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., e em articulação com a tutela das finanças e dos transportes terrestres, continuar a desenvolver todos os procedimentos e praticar os atos previstos nos contratos de “Concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira”;
- O Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2024/M, de 12 de julho, que aprova a organização e funcionamento do XV Governo Regional da Madeira, incumbiu à Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (SREI), as atribuições referentes ao setor dos transportes e mobilidade terrestre e dos transportes marítimos e acessibilidades marítimas;
- O Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/M, de 4 de dezembro, procedeu à criação do Instituto de Mobilidade e Transportes, IP-RAM (IMT, IP-RAM), serviço da administração indireta da Região Autónoma da Madeira (RAM), com poderes de regulação e supervisão no setor dos transportes, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento, bem como supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas no setor das infraestruturas rodoviárias e no setor dos transportes terrestres e marítimos, de modo a satisfazer as necessidades de mobilidade de pessoas e bens, visando ainda a promoção da segurança, da qualidade e dos direitos dos utilizadores dos transportes terrestres e marítimos;
- Este novo organismo, que passa a agregar as funções da Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade Terrestre, criada através do Decreto Regulamentar Regional, nº 11/2024/M, de 14 de fevereiro, que assumiu as atribuições respeitantes ao setor dos transportes e mobilidade terrestre que estavam cometidas à então Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, com as funções do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P., da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), apresenta diversas vantagens organizacionais com ganhos de eficiência e eficácia no serviço público prestado, resultantes da integração e uniformização da atividade, evitando a duplicação no exercício de determinadas funções e assegurando uma melhor coordenação de políticas públicas no setor da mobilidade e transportes;
- O IMT, IP-RAM sucede nas atribuições, competências, direitos e obrigações e posições contratuais da TIIM - Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., anteriormente com a denominação «Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.», empresa pública do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira integralmente detida pela Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., na área da gestão do sistema de bilhética integrado da RAM;
- O processo está previsto decorrer pelo prazo de 180 dias, após entrada em vigor do diploma referido acima.

Pelo exposto, é provável que durante o exercício de 2025, sejam tomadas decisões que possam pôr em causa a continuidade das operações, mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo já certo, a incorporação na empresa-mãe, da maioria dos ativos e recursos humanos da TIIM, S.A. e que decorrente do descrito acima, poderão existir ajustamentos aos prazos definidos, derivado de toda a complexidade que envolve. Para além dos aspectos de natureza financeira, existirão eventuais impactos esperados em termos de eficácia e eficiência de toda a operação da Horários do Funchal, S.A..

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa, brutos, em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF, classifica os juros e dividendos pagos, como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de dezembro de 2024, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	114 717,89	127 234,02
Caixa Principal	34 000,00	34 000,00
Caixa Transferência Fundos	10 082,58	9 934,78
Caixa Depósitos	70 635,31	83 299,24
Depósitos à Ordem	8 149 474,94	4 185 724,46
Montepio Geral	230 274,88	150 098,53
Banco BIC	767 595,57	52 143,73
Caixa Geral de Depósitos (*)	7 127 426,16	3 618 726,40
Paypal Europe	557,74	656,73
Santander Totta	23 620,59	364 099,07
Outros depósitos	5 900 557,51	3 799 857,51
Caixa Geral de Depósitos	189 157,51	189 157,51
Montepio Geral (*)	5 711 400,00	3 610 700,00
Total	14 164 750,34	8 112 815,99

Valores em euros; (*) Inclui valores cativos para amortização do empréstimo MLP, conforme estipulado nos contratos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período o Grupo HF, não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto	88 522 120,49	83 908 753,09
Terrenos e Recursos Naturais	6 710 153,95	7 106 358,01
Edifícios e Outras Construções	22 295 544,99	17 995 936,71
Equipamento Básico	51 313 183,30	50 313 738,57
Equipamento de Transporte	489 775,33	477 307,63
Equipamento Administrativo	2 415 086,79	2 504 556,71
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 912 279,89	2 846 337,38
Investimentos em curso	2 386 096,24	2 664 518,08
Depreciação Acumulada e Imparidade	-38 740 410,49	-33 382 775,14
Depreciação do Período	-5 357 635,35	-5 565 902,56
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-33 267 334,38	-27 701 431,82
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-115 440,76	-115 440,76
Valor Líquido Contabilístico	49 781 710,00	50 525 977,95

Valores em euros.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Abates/Alienações	Saldo Final
Valor Bruto	83 908 753,09	2 522 641,86	3 456 256,99	-1 365 531,45	88 522 120,49
Terrenos e recursos naturais	7 106 358,01	0,00	-396 204,06	0,00	6 710 153,95
Edifícios e outras construções	17 995 936,71	447 147,23	3 852 461,05	0,00	22 295 544,99
Equipamento básico	50 313 738,57	662 167,34	0,00	337 277,39	51 313 183,30
Equipamento de transporte	477 307,63	12 467,70	0,00	0,00	489 775,33
Equipamento administrativo	2 504 556,71	23 863,04	0,00	-113 332,96	2 415 086,79
Outros ativos fixos tangíveis	2 846 337,38	66 992,88	0,00	-1 050,37	2 912 279,89
Investimentos em curso	2 664 518,08	1 310 003,67	0,00	-1 588 425,51	2 386 096,24
Depreciação Acumulada e Imparidade	-33 382 775,14	-5 363 755,54	0,00	6 120,19	-38 740 410,49
Terrenos e recursos naturais	-3,95	0,00	0,00	0,00	-3,95
Edif. e outras construções	-3 276 659,00	-734 047,41	0,00	-6 120,19	-4 016 826,60
Equipamento básico	-25 376 015,96	-4 321 115,33	0,00	-102 142,95	-29 799 274,24
Equipamento de transporte	-310 964,85	-56 079,23	0,00	0,00	-367 044,08
Equipamento administrativo	-1 968 594,27	-119 606,23	0,00	109 846,17	-1 978 354,33
Outros ativos fixos tangíveis	-2 450 537,11	-132 907,34	0,00	4 537,16	-2 578 907,29
Total	50 525 977,95				49 781 710,00

Valores em euros.

Nas adições:

- Em edifícios e outras construções, 447 mil euros, referente a obras efetuadas no edifício, nomeadamente à renovação de toda a rede de incêndios e ao sistema de águas quentes;
- Em equipamento básico, 662 mil euros, sendo 538 mil euros referente a outros equipamentos, tais como consolas, validadores e concentradores, instalados a bordo das viaturas;
- Em equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis, 24 mil euros e 67 mil euros respetivamente, referem-se, essencialmente, à aquisição de equipamentos informáticos, programas informáticos e ferramentas/equipamentos oficiais;
- Em investimentos em curso, encontra-se a aquisição de um estudo de mobilidade dos residentes e turistas e um software de modelação, simulação e avaliação dos sistemas de transportes terrestres públicos e privados ao nível estratégico e operacional e a implementação da nova bilhética.

Nos abates, alienações e outros:

- Em equipamento básico, 404 mil euros, referente à alienação de equipamentos afetos às viaturas, tais como consolas, validadores e concentradores, que se encontravam obsoletos;
- Em equipamentos administrativos e outros ativos fixos tangíveis, 110 mil euros e 4,5 mil euros respetivamente e referem-se, essencialmente, ao abate de equipamentos informáticos e ferramentas.

No exercício de 2024 e 2023, não existiam ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

A 31 de dezembro de 2024, não existe restrições à titularidade de bens do ativo fixo tangível.

7. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto	751 569,14	0,00
Ativo fixo intangível	751 569,14	0,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	-22 772,77	0,00
Amortização do período	-22 772,77	0,00
Valor Líquido Contabilístico	728 796,37	0,00

Valores em euros.

Referem-se à aquisição de programas de computador, nomeadamente, o ERP Financeiro e o ERP de Recursos Humanos, que englobam todas as áreas da empresa e, ainda, o software da nova bilhética, sendo o mesmo parcial, tendo em conta, a fase de execução do mesmo e que entrou em vigor durante o exercício. No exercício de 2023, não existiu qualquer valor.

Os movimentos ocorridos em ativos intangíveis durante o ano 2023 são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Outras alterações	Saldo Final
Valor Bruto	0,00	751 569,14	0,00	751 569,14
Estudos e projetos	0,00	751 569,14	0,00	751 569,14
Depreciação Acumulada e Imparidade	0,00	-22 772,77	0,00	-22 772,77
Depreciações do período	0,00	-22 772,77	0,00	-22 772,77
Valor Líquido Contabilístico	0,00	728 796,37	0,00	728 796,37

Valores em euros.

Neste exercício, regista-se a aquisição dos mesmos e a depreciação dos mesmos, no montante de 23 mil euros.

8. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OPT, S.A.	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00
Total	15 000,00	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	15 000,00

Valores em euros.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Justo Valor	Saldo Final
Valor Bruto	15 000,00	0,00	15 000,00
OPT, S.A.	15 000,00	0,00	15 000,00
Total	15 000,00	0,00	15 000,00

Valores em euros.

Não foi efetuado qualquer ajustamento neste exercício, encontrando-se o mesmo registado ao custo histórico face aos 5% de detenção.

9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O Grupo HF, regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos ativos e passivos que são analisados como se segue:

Descrição	Impostos dif. Ativos		Impostos dif. Passivos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais-valias reinvestidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações contabilísticas	0,00	0,00	2 775 571,17	2 369 112,60
Comp. de ativos e passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	2 775 571,17	2 369 112,60

Valores em euros.

Em reavaliações contabilísticas, 2 775 mil euros, sendo:

- Em terrenos, 596 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (no valor de 6 285 mil euros e corrigidos pelos coeficientes fiscais 4 452 mil euros);
- Em edifícios 2 179 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (no valor de 16 556 mil euros).

A taxa de IRC é de 14,7%, taxa a ser aplicada para o exercício findo e já aplicada no exercício anterior, uma vez que não existe derrama municipal. Pela alteração das taxas atrás referidas, foram efetuados os devidos acertos nos impostos diferidos no exercício anterior.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos correntes	15 477,57	14 132,31
Ajustamentos referentes a períodos anteriores	0,00	0,00
Origem e reversão de diferenças temporárias	-83 927,09	-84 826,76
Total	-68 449,52	-70 694,45

Valores em euros.

O imposto corrente corresponde:

- O imposto corrente, no valor de 15,5 mil euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício e depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas e tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.
- Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício, refletidas nas contas individuais das empresas do Grupo HF e nas demonstrações resultados consolidados, em consequência da anulação das transações entre as empresas do grupo, mais precisamente das amortizações do exercício da Estação de serviço da Camacha, alienada à TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A..

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais a reportar é analisado como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2024	31/12/2023
2024	66 049,91	66 049,91
2025	184 015,15	184 015,15
2026	454 221,50	454 221,50
2027	907 336,32	337 698,48
2028	634 833,86	527 599,85
2029	754 418,71	207 765,57
2030	0,00	0,00
2031	0,00	0,00
2032	984 109,30	1 201 780,38
2033	3 970 276,06	3 970 276,06
Valor Líquido Contabilístico	7 955 260,81	7 856 743,22

Valores em euros.

10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto:	1 641 226,93	1 104 363,15
Mercadorias	551 736,45	37 283,04
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 089 490,48	1 058 226,77
Produtos e trabalhos em curso	0,00	8 853,34
Depreciação Acumulada e Imparidade	-222 113,04	-135 710,82
Perdas por Imparidade do Período	-86 402,22	60 920,42
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-135 710,82	-196 631,24
Valor Líquido Contabilístico	1 419 113,89	968 652,33

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, são os suportes de bilhetes e passes;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são os bens para utilização na reparação de viaturas, o gasóleo, os pneus entre outros que compõem os inventários;
- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperações de peças de viaturas e de obras para terceiros.

No Stock, encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efetuada aos inventários durante o exercício findo, foram feitos ajustamentos e reversões, resultando num acréscimo, no valor de 87 mil euros. Este ligeiro aumento traduz-se, essencialmente, nos artigos de baixa rotação, que não foram utilizados durante o ano de 2024.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como se segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Imparidades de inventários	135 710,82	101 739,87	-15 337,65	222 113,04
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	135 710,82	101 739,87	-15 337,65	222 113,04
Total	135 710,82	101 739,87	-15 337,65	222 113,04

Valores em euros.

11. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto	2 233 458,60	751 199,61
Clientes c/c Gerais	2 233 458,60	751 199,61
Depreciação Acumulada e Imparidade	-21 851,20	-21 851,21
Perdas por Imparidade do Período	0,01	1 462,05
Desreconhecimento de imparidades do período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-21 851,21	-23 313,26
Valor Líquido Contabilístico	2 211 607,40	729 348,40

Valores em euros.

O valor apresentado no período, em clientes gerais, refere-se, essencialmente, às receitas provenientes das vendas de passes Municipais e Intermunicipais e que se encontram em fase de cálculo de repartição de receita com os Operadores e 160 mil euros são respeitantes às vendas de pronto pagamento, das quais 54,6 mil euros referem-se aos nossos agentes Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis. No ano anterior era de 200 mil euros. Acresce ainda valores em dívida das escolas/institutos profissionais, escolas públicas e privadas, direções regionais, empresas de transporte públicos onde existe o uso de passes combinados e de agências de

viagens, decorrente da atividade de turismo, que passou a ser efetuada, na totalidade pela HF, a partir do 4º trimestre de 2022.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
Perdas por Imparidade	21 851,21	0,00	-0,01	0,00	21 851,20
Serviço Urbano	880,00	0,00	0,00	0,00	880,00
Serviço de Alugueres	20 964,58	0,00	0,00	0,02	20 964,60
Serviço Interurbano	6,63	0,00	-0,01	-0,02	6,60
Total	21 851,21	0,00	-0,01	0,00	21 851,20

Valores em euros.

De referir que o valor de Imparidades de clientes refletido na Demonstração de Resultados, advém dos valores do quadro supra e adicionando os valores do quadro da nota 13.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

Descrição	até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	mais de 360 dias
Clientes Gerais	2 108 945,96	22 041,11	45 042,20	57 429,33
Total	2 108 945,96	22 041,11	45 042,20	57 429,33

Valores em euros.

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do sector de turismo.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	490 578,64	1 200 774,78
Imposto sobre o rendimento	56 942,93	13 555,65
IVA a recuperar	433 635,71	87 219,13
IVA reembolsos pedidos	0,00	1 100 000,00
Outros impostos	0,00	0,00
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
Passivo	392 293,14	386 578,53
Imposto sobre o rendimento	3 033,55	1 623,33
Retenções de imposto sobre o rendimento	68 925,26	63 376,00
IVA a pagar	0,00	0,00
Outros impostos	8 634,59	8 634,59
Contribuições para a Segurança Social	311 699,74	312 944,61
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00

Valores em euros.

O imposto IRC é tributado autonomamente, por cada empresa incluída no Grupo HF.

No ativo, o imposto sobre o rendimento diz respeito às retenções na fonte efetuadas a favor do Grupo HF.

Ainda no ativo, o imposto sobre o valor acrescentado a favor de HF, decorrentes dos investimentos efetuados ao longo do exercício.

O Grupo HF realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2015, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2022 a 8 mil euros. Atendendo ao resultado da TIIM, o mesmo foi deduzido na totalidade em 2023.

Nas rubricas “retenções de imposto sobre o rendimento” e “contribuições para a segurança social” no passivo, os valores a pagar em janeiro de 2025, referente ao cálculo dos impostos sobre o processamento salarial de dezembro de 2024 e a estimativa de imposto IRC a pagar deste exercício.

Nos outros impostos, no passivo, o valor refere-se à previsão do imposto municipal sobre imóveis (IMI) de 2024 a pagar em 2025.

13. Outros créditos a receber

A rubrica de Outros créditos a receber é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valor Bruto	6 260 657,00	3 738 720,70
Adiantamento a fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	3 269 707,81	2 980 622,27
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	42 425,00	48 227,67
Out. operações pessoal	16 666,17	17 491,17
Vice-Presidência do Governo (I. Comp.)	860 482,72	329 928,59
Entidades públicas - subsídios e outros	0,00	0,00
Outros devedores	2 071 375,30	362 451,00
Imparidade Acumulada	-81 168,45	-81 703,45
Imparidade do Período	0,00	0,00
Desreconhecimento de imparidades do período	535,00	2 079,89
Imparidade de Período Anteriores	-81 703,45	-83 783,34
Valor Líquido Contabilístico	6 179 488,55	3 657 017,25

Valores em euros.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, corresponde a receita referente ao ano de 2024, a ser faturada em 2025, nomeadamente, aos valores de indemnizações compensatórias, decorrentes da 8ª adenda para HF.

Na rubrica “Adiantamentos ao pessoal”, está registado o adiantamento do subsídio de férias aos colaboradores que gozam férias em janeiro do ano seguinte.

Na rubrica “Outras operações pessoal”, reflete, essencialmente, o valor atribuído ao pessoal motorista (fundo de maneio/dotação), para a aquisição de bilhetes de bordo e fundo de trocos.

No “Entidades públicas - subsídios e outros”, reflete o valor por receber de indemnizações compensatórias.

A rubrica “Outros devedores”, inclui, entre outros, prestações de serviços, efetuados a terceiros.

Nas imparidades, foram efetuados desreconhecimentos por dívidas incobráveis, no montante de 535,00 euros.

14. Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	93 765,26	157 370,01
Fornecedores c/c Gerais	93 765,26	157 370,01
Total	93 765,26	157 370,01

Valores em euros.

Em adiantamentos a fornecedores, a variação resulta do pagamento dos seguros do 1º trimestre de 2024, que foi pago em 2023.

15. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Gastos a Reconhecer	100 214,12	104 999,15
Seguros	54 936,26	21 711,96
Despesas bancárias	3 948,28	3 948,28
Diversos	41 329,58	79 338,91
Passivo - Rendimentos a Reconhecer	69 753,38	256 883,13
Títulos de transporte	31 235,18	230 559,71
Outros	38 518,20	26 323,42

Valores em euros.

Em “gastos a reconhecer”, o valor dos seguros de acidentes de trabalho e seguro de equipamentos, respeitante ao trimestre do ano seguinte e ainda outros gastos a reconhecer em 2024, como despesas bancárias, contratos de manutenção e serviços especializados.

Em “rendimentos a reconhecer”, regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em janeiro de 2025, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro de 2024. Em outros, regista os valores de publicidade e turismo, faturados em 2024 e respeitante a 2025.

16. Capital subscrito

O capital social do Grupo HF é de 17 852 360,00 euros, representado por 3 570 472 ações ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2024.

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações	Capital	Ações	Capital
Região Autónoma da Madeira	3 391 948	16 959 742,00	3 391 948	16 959 742,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	178 524	892 618,00	178 524	892 618,00
Total	3 570 472	17 852 360,00	3 570 472	17 852 360,00

Valores em euros.

17. Outros instrumentos de capital próprio

Em assembleia geral de 29/12/2017, foi deliberado pelos acionistas efetuarem prestações suplementares de capital no montante de 1 061 907,83 euros e realizadas no prazo de 12 meses. No decorrer do exercício de 2018, as referidas prestações suplementares foram realizadas pela acionista RAM e EEM e nos montantes de 1 008 812,44 euros e 53 095,39 euros respetivamente. O total desta rubrica, em 31/12/2024 é no valor de 3 451 382,83 euros e encontra-se totalmente realizada.

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos das empresas do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Em 2020, existiu um aumento de 29 526,51 euros fruto da aplicação de resultados do exercício anterior e apresenta um saldo de 432 629,73 euros, não existindo qualquer alteração em 2024.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reservas Livres	139 663,87	139 663,87
Total	139 663,87	139 663,87

Valores em euros.

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda., até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

20. Resultados transitados consolidados

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

- Pela incorporação do resultado líquido positivo do exercício anterior no montante de 986 161,89 euros conforme aplicação de resultados;
- Pelas reversões de excedentes de revalorização, em terrenos e edifícios, no valor de 577 mil euros e pelo respetivo imposto diferido, no montante de 85 mil euros.

O valor dos resultados transitados no final do exercício é de 23 771 mil euros e no exercício anterior de 25 279 mil euros.

21. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:	-151 571,69	-151 571,69
Ajustamentos de transição	-152 134,35	-152 134,35
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	562,66	562,66
Valores em euros.		

22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais	0,00	0,00
Antes de Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros Excedentes	17 520 473,79	14 854 172,75
Antes de Imposto sobre o Rendimento	20 296 044,96	17 223 285,35
Impostos Diferidos	-2 775 571,17	-2 369 112,60
Total	17 520 473,79	14 854 172,75
Valores em euros.		

Nas reavaliações decorrentes de diplomas legais, no exercício de 2023, procedeu-se à anulação, por contrapartida da rubrica “resultados transitados”, uma vez que as mesmas, já não têm qualquer valor líquido, aquando do seu cálculo nos anos de 1992 e 1998.

A variação desta rubrica, “outros excedentes”, deriva do reconhecimento das avaliações efetuadas no presente exercício, nos terrenos e edifícios, no montante de 3 710 mil euros. Deriva também do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e respetivas reversões.

As reversões de excedentes de revalorização, em terrenos e edifícios, foram no valor de 577 mil euros e o respetivo imposto diferido, no montante de 85 mil euros.

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	7 312 090,68	7 721 639,43
Doações	18 252,84	18 252,84
Variações de capital participadas	0,00	0,00
Impostos diferidos	-1 074 941,06	-1 135 144,73
Total	6 255 402,46	6 604 747,54

Valores em euros.

A variação registada, no montante de 349 mil euros, está associada à imputação dos subsídios ao investimento, no montante de 409,5 mil euros, sendo o respetivo imposto diferido de 60 mil euros.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Não Corrente	33 464 090,15	34 899 108,72
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	33 464 090,15	34 899 108,72
Locações financeiras	0,00	0,00
Corrente	7 173 977,48	2 900 000,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	7 173 977,48	2 900 000,00
Descobertos bancários	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00

Valores em euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Empréstimos bancários	40 638 067,63	37 799 108,72
Até 1 ano	0,00	0,00
De 1 a 5 anos	7 173 977,48	2 900 000,00
A mais de 5 anos	33 464 090,15	34 899 108,72
Locações financeiras	0,00	0,00
Até 1 ano	0,00	0,00
De 1 a 5 anos	0,00	0,00
A mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	40 638 067,63	37 799 108,72

Valores em euros.

À data de 31 de dezembro de 2024, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2025	2026	2027	2028	Seguintes	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	7 173 977,48	8 919 031,25	9 094 121,22	9 276 193,27	6 174 744,41	40 638 067,63
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7 173 977,48	8 919 031,25	9 094 121,22	9 276 193,27	6 174 744,41	40 638 067,63

Valores em euros; Na coluna "Seguintes", os valores a pagar terminam no ano de 2029.

Em 31 de dezembro, o total dos financiamentos eram no valor de 40,6 milhões de euros, sendo 7 milhões euros em empréstimo corrente e o remanescente em empréstimos não correntes, sendo no exercício anterior de 37,8 milhões de euros, dos quais 2,9 milhões de euros em empréstimo corrente e o remanescente em empréstimos não correntes.

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros.

Em 2020, a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., procedeu à contratação de 2 financiamentos (20 000 000,00 euros cada), através de garantia com o AVAL da Região Autónoma da Madeira, por forma a honrar com o plano de investimentos 2019-2029, onde no presente exercício pertence a totalidade dos seus financiamentos não correntes.

25. Outras dívidas a pagar

A rubrica de Outras dívidas a pagar é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Corrente	8 104 763,78	5 177 837,23
Fornecedores de investimentos	989 974,03	1 277 264,15
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	3 003 765,11	2 453 094,18
Outros credores por acréscimos de gastos	2 373 866,08	239 530,80
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	1 735 254,80	1 207 948,10
Pessoal	1 903,76	0,00

Valores em euros.

Na rubrica de “Fornecedores de investimento”, reflete parte do investimento na nova bilhética e no seu plano de investimentos 2019-2029 e que são liquidados no início de 2025.

Em “Férias e subsídios de férias e outros abonos”, a previsão para o ano de 2025.

Em “Outros credores por acréscimos de gastos”, regista a previsão dos juros de financiamentos e outros custos correntes, tais como eletricidade, água, vigilância e segurança e auditoria às contas.

Nos “Outros credores”, encontra-se registado, entre outros, o valor respeitante aos impostos diferidos dos subsídios ao investimento, no valor de 1 075 mil euros e o valor recebido por conta, derivado das receitas da nova bilhética, no montante de 253 mil euros.

26. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores c/c	945 745,14	625 361,77
Gerais	936 501,72	622 244,33
Empresa-mãe	6 870,12	9 417,01
Empresas subsidiárias	0,00	0,00
Empresas associadas	0,00	0,00
Outras partes relacionadas	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	2 373,30	-6 299,57

Valores em euros.

As dívidas a fornecedores, na sua maioria, têm uma antiguidade de saldos até 30 dias, existindo um aumento face ao exercício anterior, uma vez que os pagamentos foram efetuados no início do ano de 2025.

Do valor apresentado, o grande relevo é para as dívidas a grandes fornecedores, tais como de gasóleo, peças, pneus, de alguns serviços de manutenção de equipamentos, de software, de serviços de limpeza e segurança.

De salientar, que nos fornecedores gerais, inclui o valor de 189 157,51 euros, referente a taxas de publicidade de 2017 a 2020 cobradas pela Câmara Municipal do Funchal, sendo que a 30 de dezembro de 2020, foi apresentado uma impugnação judicial das liquidações efetuadas pela Câmara Municipal do Funchal relativas às taxas de publicidade em autocarro dos anos de 2017-2020. Considerando excessivos os valores liquidados, a HF reclamou graciosamente das liquidações, apresentando garantia bancária com vista a evitar a cobrança coerciva. Uma vez que a reclamação foi indeferida tacitamente, a HF apresentou junto do TAF Funchal impugnação judicial das referidas liquidações, tendo existido requerimentos do demandado e da autora em 2021, estando neste momento a aguardar despacho.

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados, analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Vendas	353 547,30	110 244,16
Suportes de títulos	353 547,30	110 244,16
Serviços prestados	27 304 627,16	20 327 202,62
Títulos de transporte	15 631 518,69	13 999 429,63
Turismo	1 524 866,89	1 498 135,33
Compensação financeira tarifária	9 998 510,77	4 693 210,81
Publicidade e outros	149 730,81	136 426,85
Total	27 658 174,46	20 437 446,78

Valores em euros.

Seguidamente, apresentamos as variações mais significativas ocorridas nesta rubrica:

O total das vendas e serviços prestados do Grupo HF, regista uma variação positiva de 7 221 mil euros e justificado, de uma forma breve, quer, pelo aumento do cálculo da compensação tarifária, derivado da Portaria n.º 1110/2023, onde implementou a gratuitidade dos passes para os estudantes até aos 23 anos e para aqueles que têm mais de 65 anos, levando assim a um aumento da procura em HF, quer, pelo término da operação do serviço interurbano a 30 de junho e dos novos serviços prestados a partir de 1 de julho, decorrente da nova Rede de Transportes Públicos da Região Autónoma da Madeira, a rede SIGA, onde a TIIM, S.A., é a entidade que gere toda a receita e efetua os respetivos cálculos de repartição de receita com os Operadores.

No serviço urbano, uma variação positiva de 2 505 mil euros, sendo:

- Nos suportes de títulos (incluí o suporte dos bilhetes para os pré-comprados e os cartões giro para os passes), um aumento de 37 mil euros;

- Na variação das vendas dos títulos Passes, verifica-se uma diminuição de 2 604 mil euros, sendo que as maiores variações se registam no passe social II e no passe social estudante;
- Na variação das vendas de bilhetes, uma diminuição no valor de 255 mil euros;
- Nos serviços de turismo e aluguer, registou-se uma ligeira subida, no montante de 23 mil euros;
- A rubrica “Compensação financeira tarifária”, regista um aumento de 5,3 milhões de euros, face ao período homólogo. O grande aumento está relacionado com a gratuitidade dos passes, conforme já referido no início da nota. Esta rubrica advém do cálculo da compensação financeira tarifária, que o Governo Regional atribui pela perda de receita, decorrente do facto de os preços fixados serem inferiores aos que seriam normalmente praticados, em conformidade com o disposto na NCRF 20 – Rérito e NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo;
- Nos serviços de publicidade e outros, regista-se uma diminuição de 1 700 euros, face ao ano anterior.

No serviço interurbano e serviços da rede SIGA, um acréscimo de 4 705 mil euros, distribuído pelos seguintes serviços:

- Nas vendas de suportes, 206 mil euros, uma vez que a TIIM, S.A. é a entidade que adquire e fatura os suportes para títulos de transporte (no 2º semestre, o mesmo resume-se a cartões);
- Nos bilhetes, há uma variação positiva de 2 455 mil euros, justificado pela venda dos bilhetes a bordo de todos os operadores a partir de julho, sendo que ao comparar apenas o serviço interurbano com o período homólogo, temos uma redução de 605 mil euros;
- Nos passes e vinhetas, uma variação positiva de 2 041 mil euros e que reflete as vendas de todos os operadores a partir de julho, não obstante de a mesma ser efetuada gradualmente. Em termos comparativos com 2023, tendo por base o serviço interurbano, temos uma diminuição de 546 mil euros;
- No serviço de aluguer/turismo, o valor refere-se a pequenas prestações de serviço efetuadas, no âmbito de contratos que decorriam e que, entretanto, terminaram durante o exercício de 2024.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	6 798 402,70	6 904 493,52
Subsídios à Exploração/SUB23	0,00	18 792,37
Subsídios à Exploração/outros	6 645,29	23 810,37
Total	6 805 047,99	6 947 096,26

Valores em euros.

O Grupo HF, analisa os subsídios à exploração, do seguinte modo:

- Na HF, indemnizações compensatórias, para compensar défices de exploração, no montante de 4 603 mil euros e de acordo com o contrato assinado em 02/10/2018, com a 1ª adenda ao mesmo a 01/03/2019 por forma a implementar a “Redução tarifária da RAM” e que implicou a reformulação dos valores de

títulos e tarifas e o cálculo para a reposição do equilíbrio financeiro, a 2^a e 3^a adendas reflete os ajustamentos ao plano de pagamentos do ano de 2020 e 2021, no âmbito das medidas excepcionais relacionadas com o apoio à economia, em consequência do combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, a 4^a adenda onde alterou os critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por obrigações de serviço público, a 5^a adenda, que altera o ponto 2.5 – Critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por Obrigações de Serviço Público, foram efetuados os cálculos de apuramento da reconciliação da compensação financeira dos exercícios económicos de 2018, 2019 e 2020. Assim, e conforme o ponto 2.4 do “Anexo 8 alterado – Critérios de cálculo e procedimentos relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público”, o pagamento daquela importância no plano de pagamentos, na medida em que o montante apurado pelos cálculos da reconciliação reflete a efetiva necessidade de compensação financeira devida pela prestação do serviço público e é do interesse público que se salvaguarde a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público, assegurando para tal o pagamento das respetivas compensações financeiras. Por último, a 6^a adenda, assinada a 31/08/2023, procedendo à alteração do “Anexo 5 – Plano Anual de Oferta” e ao 2.4 e 3 do “Anexo 8 - Critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por Obrigações de Serviço Público”.

As 7^a e 8^a adendas, assinadas a 27/05/2024 e 11/12/2024 respetivamente, que contemplam os cálculos de apuramento da reconciliação da compensação financeira do exercício económico de 2021 e 2022 e ainda um aumento da compensação devido ao compromisso assumido pelo Governo Regional no alargamento da gratuitidade dos passes na utilização do transporte público coletivo rodoviário, quer para os estudantes até aos 23 anos, bem como aos residentes com mais de 65 anos.

Por fim, a 9^a adenda que procedeu à alteração do “Anexo 8 – Critérios de cálculo e procedimentos relativos às compensações por Obrigações de Serviço Público”.

- Na TIIM com o montante de 2 195 mil euros resulta do contrato assinado a 30/10/2017 e das adendas de 24/09/2018, 01/03/2019, 04/05/2020, 10/03/2021, 30/07/2021, 29/07/2022 e por fim a oitava adenda, assinado a 29/12/2023 e que altera:

- Anexo I – Rede de Títulos da Concessão RTA, por forma a contemplar a transferência da Carreira 81 para a empresa mãe - Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.;
- Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, relativamente ao ponto 2.4., refletindo no plano de pagamentos, a importância devida no âmbito da reconciliação da compensação financeira do exercício de 2021 e o valor mensal provisório da compensação financeira para os anos de 2023 e 2024, de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações, até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, com prazo máximo, até dezembro de 2024;

- No subsídio Sub23 e em resultado da implementação dos novos títulos passe SUB23, que entraram em vigor em maio de 2018, de acordo com o contrato inicial assinado em 27 de abril de 2018, destinados a estudantes universitários e com descontos especiais de venda, o mesmo é atribuído para compensar as diferenças de preços praticados, ou seja, os mesmos, enquadraram-se na compensação financeira tarifária, pelo que foram transitados para a rubrica “Prestação de serviços”, sendo que o valor no exercício de 2022 foi reexpresso. Na TIIM, com a continuação dos novos títulos de transporte, com descontos especiais,

denominados, Passe SUB23@SUPERIOR.PT, destinados aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive, foram contabilizados 18,7 mil euros;

- Nos outros subsídios, contempla, os subsídios do Instituto de Emprego da Madeira referente aos estágios profissionais e no período homólogo, o projeto de Formação Profissional para a Administração Pública referente à candidatura M1420-10-5763-FSE-000026.

29. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Inventários iniciais	8 853,34	9 653,51
Produtos e trabalhos em curso	8 853,34	9 653,51
Regularizações	-17 706,68	-14 349,13
Inventários	-17 706,68	-14 349,13
Inventários finais	0,00	8 853,34
Produtos e trabalhos em curso	0,00	8 853,34
Total	-8 853,34	4 157,72

Valores em euros.

Esta rubrica regista a variação do fabrico e reparação/recuperação de peças/componentes para o armazém, bem como das reparações em viaturas de terceiros, efetuadas na oficina da empresa do grupo HF.

30. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Inventários	0,00	72 168,05
Total	0,00	72 168,05

Valores em euros.

Nos “Inventários”, refere-se a reparações/recuperações de peças/componentes para armazém, que foram efetuadas no exercício anterior, não existindo nenhum valor no exercício.

31. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	151 345,60	47 281,13
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 021 759,97	6 517 821,21
Total	6 173 105,57	6 565 102,34

Valores em euros.

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas, é de menos 392 mil euros e é justificada da seguinte forma:

- Nas “mercadorias”, um aumento de 104 mil euros, referente à venda de suportes de títulos, na sua maioria em cartões giro;
- Nas “matérias-primas, subsidiárias e de consumo”, uma redução de 496 mil euros, conforme abaixo descrito as principais variações:
 - Nas “Peças para viaturas”, uma diminuição de 193 mil euros;
 - Nos “Materiais de consumo regular”, existiu uma redução de 285 mil euros;
 - Nos “Materiais de conservação e reparação diversos” para reparação de viaturas, uma diminuição de 91 mil euros;
 - No “Material de expediente” houve um aumento de 73 mil euros e que reflete o aumento do consumo de vários materiais, relacionadas com a nova bilhética;
 - De referir, que as diminuições, em matérias-primas e de consumo, relacionadas com as viaturas, vai de encontro à redução da CMVMC, uma vez que foram adquiridas novas viaturas, existindo menos desgaste.

32. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	1 175,00	0,00
Serviços Especializados	949 795,96	1 169 739,53
Trabalhos Especializados	258 295,92	255 595,20
Publicidade e Propaganda	30 022,61	55 469,95
Vigilância e Segurança	129 979,41	128 869,56
Honorários	8 552,75	5 000,00
Comissões	98 223,96	151 487,57
Conservação e Reparação	407 360,14	573 317,25
Outros	17 361,17	0,00
Materiais	17 378,92	15 992,05
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	9 419,98	2 316,98
Livros e documentação técnica	1 287,38	398,18
Material de Escritório	6 388,02	7 064,65
Artigos de Oferta	0,00	0,00
Outros	283,54	6 212,24
Energia e Fluidos	143 443,74	176 166,65
Eletricidade	87 257,31	115 926,82
Combustíveis	721,82	26 961,69
Água	53 306,63	28 768,82
Outros Fluidos	2 157,98	4 509,32
Outros	24 098,89	37 124,74
Deslocações, Estadas e Transportes:		
Deslocações e Estadas	2 603,93	16 676,92
Transporte de Pessoal	0,00	0,00
Transporte de Mercadorias	21 494,96	20 447,82
Outros Serviços Diversos	6 678 469,58	1 122 251,24
Rendas e Alugueres	15 018,18	12 065,08
Comunicação	76 623,54	38 495,73
Seguros	505 935,03	453 787,79
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e Notariado	1 939,86	6 782,74
Despesas de Representação	296,80	387,50
Limpeza, Higiene e Conforto	337 179,46	302 639,20
Outros Serviços	5 741 476,71	308 093,20
Total	7 814 362,09	2 521 274,21

Valores em euros.

Esta rubrica regista um aumento de 5 293 mil euros, sendo que seguidamente descrevemos as variações mais relevantes:

- Na publicidade e propaganda, uma redução de 25,4 mil euros, derivado da redução de campanhas existentes ao longo do ano;
- Nas comissões, uma diminuição de 53 mil euros, na sequência da redução de vendas por parte de parceiros, uma vez que durante o exercício, deu-se início à nova rede de transportes públicos da RAM, com a implementação da nova bilhética;
- Na conservação e reparação de bens uma redução de 166 mil euros, refletido pela diminuição das viaturas em fim de vida, uma vez que a HF tem procedido à alienação das mesmas, derivado da chegada da nova frota;
- Na conta de ferramentas e utensílios, um aumento de 7 mil euros, com a aquisição de pequenas ferramentas para as oficinas;
- Na conta de eletricidade, redução de 28,7 mil euros;
- Na conta de água, um aumento de 24,5 mil euros;
- Na conta de comunicações, acréscimo de 38 mil euros;
- Na conta de seguros, aumentou 52 mil euros, decorrente do novo contrato, com destaque para o seguro automóvel da frota e em linha com a aquisição de novos autocarros e da transferência do pessoal da TIIM para HF;
- Na conta de limpeza, higiene e conforto, registou um aumento no valor de 34,5 mil euros face ao ano anterior, decorrentes de novos contratos;
- Nos outros serviços, um aumento de 5 433 mil euros e que reflete o efeito da repartição de receitas com os operadores, uma vez que o mesmo vai ao encontro com as receitas faturadas em nome da TIIM, S.A.;
- Nas restantes rubricas existe menores oscilações, não existindo nada de relevante a registar.

33. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal, é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos Órgãos Sociais	213 431,98	205 792,10
Remunerações do Pessoal	13 755 955,15	11 093 993,48
Indemnizações	22 975,09	0,00
Encargos sobre Remunerações	3 076 791,00	2 440 663,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	153 827,84	157 612,43
Gastos de Ação Social	52 923,73	51 689,46
Outros Gastos com o Pessoal	35 741,43	50 348,51
Total	17 311 646,22	14 000 099,78

Valores em euros.

Nos gastos com pessoal, verificou-se um acréscimo de 3,3 milhões euros, na sequência dos acordos de empresa, que originou a atualização salarial nos vencimentos base e em outros abonos a todos os colaboradores, incluindo o aumento do número de colaboradores, assim como a progressão na carreira decorrente da legislação laboral e no acordo da empresa.

Este aumento contempla ainda os novos valores do subsídio de insularidade e a decisão de um processo no tribunal do trabalho do funchal, onde foi considerado, que a remuneração auferida pelo trabalhador a título de trabalho suplementar e/ou noturno deve considerar-se retribuição, e como tal, a respetiva média ser atendida para efeitos de cálculo da retribuição do período de férias e subsídio de férias, desde que prestado com regularidade e periodicidade, ou seja, em pelo menos onze meses do ano, acrescido do facto de, em 2022, ter sido efetuado um acréscimo de gastos para compensar estes novos cálculos e que suportou uma verba significante processada em 2023, fazendo que no exercício homólogo o valor tenha sido inferior.

Deste acréscimo, segue uma breve descrição das maiores variações registadas na rubrica de pessoal:

- Nas remunerações do pessoal, um aumento de 2,6 milhões euros e que reflete o aumento dos vencimentos base e outros abonos, com destaque para as horas extraordinárias, o subsídio de insularidade e para o subsídio de férias e férias, relacionados com o mencionado acima;
- Indemnizações pagas por rescisão de contrato de trabalho, no valor de 23 mil euros, sendo que no período homólogo de 2023, não existiram;
- Nos encargos sobre as remunerações, um aumento de 636 mil euros face ao ano anterior, na sequência dos aumentos mencionados nas remunerações do pessoal;
- Nos seguros de acidentes de trabalho, uma redução de 3,7 mil euros face ao ano anterior;
- Nos outros gastos com o pessoal, uma redução de 14,6 mil euros, referente ao decréscimo de formações existentes aos colaboradores, uma vez que existiram formações comparticipadas por fundos europeus.

O detalhe dos colaboradores do quadro permanente, do Grupo HF em 31 de dezembro de 2024 e 2023, por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Órgãos Sociais	5	5
Diretores/Chefias Superiores		
Quadros superiores	11	11
Quadros médios	16	16
Chefias intermédias	18	14
Profissionais altamente qualificados	37	30
Profissionais semi-qualificados	481	499
Contratados a prazo	4	13
Total	572	588

Fazemos notar que no quadro acima, não inclui, 1 administrativo com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur.

34. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos, é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obras para terceiros	124 081,46	162 793,58
Sucatas / desperdícios	8 277,90	6 804,72
Cedências para terceiros de existências	292 436,33	383 708,04
Despesas debitadas à terceiros	666 141,15	25 866,50
Cedências de espaços (parques, publicidade e imóveis)	56 121,69	73 346,16
Desp. Embates e imob. de viaturas	75 699,28	38 930,16
Outros rendimentos suplementares	418 689,00	67,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	328,68	349,02
Ganhos em inventários	0,00	47 869,70
Investimentos rest. ativos financeiros	0,00	0,00
Investimentos não financeiros	488,39	43 729,48
Subsídios ao investimento	3 055 494,23	2 661 799,74
Juros obtidos	166 673,90	67 586,46
Outros	13 239,86	389 494,93
Total	4 877 671,87	3 902 346,25

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos, foi de mais 975 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

Aumentos

- Em despesas debitadas a terceiros, 640 mil euros, de novos serviços prestados à parceira Carristur e outros;
- Em outros rendimentos suplementares, 419 mil euros, referente essencialmente ao excesso de previsão efetuada no exercício de 2022;
- Em subsídios ao investimento, 394 mil euros, do reconhecimento de subsídios relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira;
- Em juros obtidos, 99 mil euros, derivado das subidas de taxa nos depósitos a prazo.

Reduções

- Em obras a terceiros, 38,7 mil euros, atendendo ao fim do serviço interurbano da TIIM;
- Em cedências para terceiros de existências e serviços, 91 mil euros, na sequência da redução das obras;

- Em ganhos em inventários, 48 mil euros, referente, essencialmente, a entradas de existências valorizadas, na sua maioria, pneus das novas viaturas durante o exercício de 2023. Estes ganhos não se repetiram em 2024, representando uma redução comparativa;
- Em outros, 377 mil euros, referente, essencialmente, ao excesso de previsão efetuada no exercício de 2022 e corrigido em 2023. Estes excessos não se repetiram em 2024, representando uma redução comparativa.

Nas outras variações desta rubrica, não existem diferenças relevantes.

35. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	97 495,11	123 153,21
Perdas em inventários	0,00	28 561,61
Investimentos não financeiros	0,00	67 904,58
Donativos	37,75	13 500,00
Quotizações	4 203,43	5 493,42
Ofertas e amostras de inventários	0,00	121 552,10
Juros de descontos de títulos	0,00	0,00
Juros de mora e compensatórios	0,00	5 854,46
Outros juros	0,00	0,00
Outros não especificados	11 438,48	2 881,20
Descontos pronto pagamento concedidos	139 576,25	112 216,19
Total	252 751,02	481 116,77

Valores em euros.

Esta rubrica, apresenta uma diminuição de 228 mil euros comparativamente com o exercício anterior.

Na conta de “Impostos”, uma diminuição de 25,7 mil euros referente às taxas de publicidade afetas ao nosso serviço de publicidade em autocarros, não obstante o aumento das taxas do AVAL por parte do Governo Regional da Madeira, relacionado com os financiamentos obtidos.

Na conta “Perdas em inventário” e “Investimentos não financeiros”, uma redução de 28,6 mil euros e 68 mil euros, respetivamente e dizem respeito a abates de inventários/equipamentos obsoletos e a alienação de ativos fixos tangíveis, em fim de vida, ocorridos, no exercício anterior;

Na conta “Ofertas e amostras de inventários”, uma redução de 121,5 mil euros referente à oferta de passes aos ex-colaboradores reformados de HF, denominados “Grupo de Reformados”, uma vez que em 2024 os mesmos foram abrangidos pela gratuitidade dos passes.

A conta “Descontos pronto pagamento concedidos”, aumentaram em 27 mil euros, fruto das condições existentes com os nossos clientes de turismo.

As restantes rubricas, apresentam variações pouco relevantes.

36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Gastos	5 380 408,12	5 565 902,56
Ativos fixos tangíveis	5 357 635,35	5 565 902,56
Ativos intangíveis	22 772,77	0,00
Reversões	0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Total	5 380 408,12	5 565 902,56

Valores em euros.

Nos gastos de depreciação e amortizações, em ativos fixos tangíveis, existiu uma diminuição de 208 mil euros relacionado, essencialmente, com o fim da vida útil de equipamentos informáticos e outros equipamentos e ferramentas.

Nos ativos intangíveis, um aumento de 22,7 mil euros, derivado das aquisições de programas de computador, nomeadamente ERP para a área Financeira e Recursos Humanos.

37. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

A empresa do grupo, HF, registou no exercício de 2015 uma perda por imparidade no montante de 115 mil euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas, por avarias, motivadas essencialmente pela parte relacionada com as baterias. À presente data encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

38. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Juros suportados	1 824 477,92	1 257 669,35
Outros gastos e perdas	86 941,65	121 636,12
Total	1 911 419,57	1 379 305,47

Valores em euros.

Nos juros e gastos similares suportados, referentes a financiamentos contraídos junto das instituições financeiras, apresenta uma oscilação de 532 mil euros e é justificado, pelo cumprimento das obrigações, nomeadamente, pagamento de juros.

Acresce ainda o fato de termos recorrido a financiamentos de curto prazo, ao longo do exercício, atendendo que a Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., cumpriu com o plano de amortizações e não deixou de proceder à renegociação/revisão das taxas de juro e respetivas comissões.

39. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

A 1 de agosto de 2020, foi apresentado um processo contraordenacional autuado pela Câmara Municipal do Funchal. Em causa está a alegada violação do disposto nos art.º 21.º, 35.º e 50.º do RGTORLM (falta de licenciamento junto da Câmara Municipal do Funchal para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial nos autocarros). Até à data, aguardamos despacho.

Ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 404 651,16 euros, pelo que é feita uma breve descrição do processo:

- Com efeito, em 10 de agosto de 2018 foi proferido, pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
- Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a HF apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);
- Na sequência da rejeição do recurso, a HF moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM.

Sobre esta matéria foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019 onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos), e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Durante o exercício recebemos a resposta da Autoridade Tributária, onde discorda do nosso entendimento. Até à data, aguardamos despacho.

Provisões

A 6 de outubro de 2020, foi apresentada uma queixa-crime intentada pela HF contra um seu ex-trabalhador da secção de tesouraria, imputando-lhe a prática dos crimes de abuso de confiança e falsificação de documentos. O referido ex-trabalhador ter-se-á apoderado de verbas da HF bem como da Carristur, no valor de €79 494,96 e de €31 248,10, respetivamente. Uma vez que o valor da Carristur se encontrava em posse da Horários do Funchal, foi constituída uma provisão de igual valor, face ao risco do mesmo não ser recuperado via judicial e consequentemente ter de ser assumido pela HF perante a Carristur. Até à data, o mesmo encontra-se em audiência de julgamento, pelo que aguardamos ulterior tramitação.

40. Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas. A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	23 250,00	6 558,33
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	13 980,00	10 040,00
Total	37 230,00	16 598,33

Valores em euros.

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 18 333,33 euros.

41. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme se segue:

Descrição	Limites	31/12/2024
Banco BIC	Crédito em conta corrente (livrança)	1 500 000,00
Banco Santander Totta	Crédito em conta corrente (livrança)	1 500 000,00
Montepio Geral	Crédito em conta corrente (livrança)	1 500 000,00
Caixa Geral de Depósitos	Crédito em conta corrente (livrança)	2 000 000,00
Governo Regional da Madeira	Financiamento (AVAL)	20 000 000,00
Governo Regional da Madeira	Financiamento (AVAL)	20 000 000,00
Caixa Geral de Depósitos	Garantia Bancária	189 157,51
Total		46 689 157,51
		40 827 225,14

Valores em euros.

As garantias prestadas de terceiros a favor da HF, S.A. são analisadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2024
Galp Madeira, S.A.	Caução fornecimento de Gasóleo
	30 916,18
CBK Madeira, S.A.	Caução seguros
	39 384,39
UIC, Lda.	Caução fornecimento de 5 viaturas
	24 960,00
Auto-Sueco Portugal, S.A.	Caução fornecimento de 123 viaturas
	549 706,08
Link Consulting, S.A.	Caução fornecimento sistema GIRO
	69 678,00
Scania Portugal, S.A.	Caução fornecimento de 15 viaturas
	64 350,00
BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Caução fornecimento de Gasóleo
	366 179,20
Sales F. & And.Soc.Const., Lda.	Caução fornecimento Empreitada
	5 550,96
Iveco Portugal, S.A.	Caução fornecimento de 4 viaturas
	16 138,80
SICE - Soc. Ibérica de Construcciones Eléctricas, S.A.	Caução fornecimento bilhetes
	16 920,00
Flamingobalcony - Eng. E Construções, Lda.	Caução lavagem de chassis
	15 160,00
Total	1 198 943,61

Valores em euros.

42. Resultado por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado positivo em 562 345,14 euros, pelo número médio de ações existentes durante o exercício, 3 570 472, obtendo o valor positivo de 0,16 euros, por ação.

43. Estrutura acionista

Com referência a 31 de dezembro de 2024, a estrutura acionista da Empresa, em número de ações, era a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Região Autónoma da Madeira	3 391 948,00	3 391 948,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	178 524,00	178 524,00
Total	3 570 472,00	3 570 472,00

Valores em euros.

44. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

Em finais de fevereiro de 2022, deu-se início a um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, culminando com uma invasão por parte da Rússia.

Mais recentemente, no início de outubro de 2023, começou o conflito Israel-Gaza, após um ataque terrorista coordenado por vários grupos militantes palestinos contra cidades israelenses.

Neste momento, os mesmos continuam a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr.º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

O Contabilista Certificado

Dr.º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr.º João Guilherme Madureira Lemos Ribeiro

Vogal não executivo: Dr.ª Ana Catarina Sousa Silva Aguiar

Anexo III

Fiscal Único



Tel: +351 217 990 420
 Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da Repúbl., 50 - 10^o
 1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Horários do Funchal - Transportes Públicos, SA (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 75 218 205 euros e um total de capital próprio de 22 292 011 euros, incluindo um resultado líquido de 562 345 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da Horários do Funchal - Transportes Públicos, SA, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas, o capital próprio do Grupo, mantém-se nos limites legais, por força da revalorização dos imóveis de sua propriedade, a qual foi atualizada no corrente ano de 2024, suportada por avaliação de perito externo independente, e de injeções de capital do acionista. Apesar de nos últimos anos, o Grupo ter vindo a registar uma variação positiva nos resultados transitados acumulados, por via dos resultados positivos apresentados, os mesmos permanecem



negativos em 23 770 675 euros a 31 de dezembro de 2024. Sendo uma entidade pública e face à sua relevância na prestação de serviço público, entendemos que a continuidade não é afetada, dependendo, contudo, do apoio financeiro do acionista Estado para o equilíbrio dos seus resultados operacionais. Conforme divulgado na nota 3.2 do anexo às demonstrações financeiras, foi celebrado em 2018 um contrato de Concessão entre o Governo Regional e o Grupo, objeto de aditamento em 2019, o qual contempla a atribuição de Indemnizações Compensatórias para o período de 2018 a 2029, por forma a compensar os défices de exploração decorrentes da prestação de serviço público.

Conforme divulgado no relatório de gestão e na nota 3.4 do anexo às demonstrações financeiras, nos termos previstos na Portaria nº 237/2024, de 28 de junho, a partir de 1 de julho de 2024, foi implementado o novo Sistema de Bilhética Integrada sem contacto para a nova Rede de Transportes Públicos da Região Autónoma da Madeira (rede SIGA), para o qual foi objeto de migração a informação dos utilizadores de transporte público, processo este apenas concluído em dezembro de 2024. Neste âmbito, a receita relativa ao segundo semestre do ano foi registada de acordo com a informação provisória comunicada pela responsável pela gestão da bilhética, no valor de cerca de 1 100 000 euros, a qual poderá ainda ser objeto de algum ajustamento, não sendo porém expectáveis ajustamentos significativos aos valores agora reconhecidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível



elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



- (vii) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 20 de março de 2025

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da Repúblca, 50 - 10^o
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2024, a atividade da Horários do Funchal - Transportes Públicos, SA, examinámos os relatórios e pareceres da fiscalização efetuada às empresas englobadas no perímetro de consolidação e a respetiva certificação legal das contas consolidadas, bem como obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados relativos à atividade da Empresa e das suas subsidiárias.

O balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, o anexo consolidado e o relatório de gestão consolidado, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Grupo e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2024.

Funchal, 20 de março de 2025

O FISCAL ÚNICO

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

